

a Beneficente
Póvoa de Varzim



Relatório e Contas
2022



ÍNDICE

Convocatória _____	3
Relatório da Direção _____	5
Balanço _____	34
Demonstração dos Resultados Por Naturezas _____	35
Demonstração dos Fluxos de Caixa _____	36
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais _____	37
Conta de exploração resumida (ano 2022 e 2021) _____	38
Gráficos de Gastos e Rendimentos do exercício _____	39
Gráficos de Evolução Gastos, Rendimentos, Resultados e Imobilizado Bruto _	40
Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados _____	41
Certificação Legal das Contas _____	63
Relatório e Parecer do Órgão de Fiscalização _____	66



Edifício - sede

Serviços Administrativos
Rua Fernando Barbosa, 89



Edifício - sede

Serviços Sociais
Rua Fernando Barbosa, 89

Edifício António Quintas/Edifício Sr^a da Conceição
Creches
"Nossa Senhora da Conceição"
e "Santo António"
Rua 1^o de Maio, 29/27



Edifício Monsenhor Pires Quesado

Creche, Jardim-de-infância e ATL
Rua José Régio, 197

Edifício Santo António

Jardim-de-infância
Rua da Conceição, 11





Associação de Solidariedade Social
Pessoa Coletiva de Utilidade Pública e Administrativa
NIF 501 406 271 NISS 200 04 87 87 77

A BENEFICENTE - PÓVOA DE VARZIM
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Convocatória

Assembleia Geral Ordinária

Nos termos da Lei e do disposto no n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da Associação de Solidariedade Social "A Beneficente - Póvoa de Varzim", convoco todos os Associados no gozo dos seus direitos, a participar na Assembleia Geral Ordinária, a realizar no dia 31 de março de 2023, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre da sede desta Associação, sita na Rua Fernando Barbosa n.º 89, nesta cidade, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1) Apreciação e aprovação do Relatório e Contas do Exercício de 2022 e do Parecer do Órgão de Fiscalização.
- 2) Trinta minutos para apreciação de qualquer assunto de interesse para a Associação

Se, à hora marcada, não se encontrar presente mais de metade dos associados com direito a voto, a Assembleia funcionará trinta minutos depois, com qualquer número de presenças, no mesmo local e com a mesma Ordem de Trabalhos, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º dos Estatutos.

Os documentos pertinentes poderão ser consultados na sede da Associação, durante as horas de expediente, pelos associados que tenham as quotas em dia.

Póvoa de Varzim, 10 de março de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Dr. Carlos Alberto Santos da Costa)

Rua Fernando Barbosa, 89 4490-635 Póvoa de Varzim
T. 252 690 730 \ (chamada para rede fixa nacional) Email: geral@abeneficente.pt
Área Social: Refeitório (Cantina Social) \ Balneário \ Centro de Dia \ Apoio Domiciliário
Área de Infância e Juventude: Creche N.ª Sr.ª da Conceição e Santo António \ Jardim de Infância Santo António \ Creche, Jardim de Infância, A.T.L. Monsenhor Pires Quesado
Fundado em 1.1.1906 \ Alvará do Governo Civil do Porto de 1.8.1906 \ Registada na D.G.S.S. desde 28.07.1986 no livro 3 das Associações sob o n.º 49/88 fls. 191 e publicado no D.R. 144 de 26.6.1991

BENEF.120.0



Imagem da Caridade
Símbolo de “A Beneficente”

RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Caros Associados

A Direção apresenta a V. Ex^{as} o Relatório e Contas de exercício do ano de 2022, o Parecer do Órgão de Fiscalização, e a Certificação Legal de Contas, dando assim cumprimento ao estipulado na alínea a) do nº 1 do artigo 30º dos Estatutos da Associação, em conformidade com o preceituado no Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 76/2015, de 28 de Julho.

I - Apreciação Geral do Exercício

Na apreciação deste exercício de 2022, vem a Direção submeter à aprovação da Assembleia Geral o Relatório e as Contas de A Beneficente. O ano de 2022 ficou marcado por um conjunto de eventos, o regresso da guerra ao continente europeu, o regresso da inflação com níveis que não eram observados há várias décadas e a reversão acelerada das políticas monetárias, por parte dos principais bancos centrais. O início do ano ficou marcado pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia, facto que, para além da crise humanitária que originou, veio colocar em risco a recuperação global pós COVID19.

O ano de 2022, com a guerra no território ucraniano despoletou uma crise energética na Europa, o que disparou os preços de energia, pelo facto de os países europeus procurarem alternativas ao gás russo. Este conflito afetou as cadeias de abastecimento ameaçando os mercados globais de alimentos e impulsionou ainda mais a tendência de subida da inflação.

Após a economia nacional ter registado uma taxa de crescimento do PIB, influenciado pelas exportações e pelo aumento das exportações de turismo, aproximando-se dos níveis pré-pandemia justificado pelo levantamento das restrições e pelo aumento do consumo privado em bens e serviços, provocado pelas restrições associadas à pandemia. Sendo este aumento, parte suportado pela poupança acumulada pela família durante a crise pandémica. Mas a Inflação tem surpreendido em alta, refletindo os choques globais e os efeitos de contágio dos preços internacionais dos bens energéticos e alimentares, pois o índice de preços no consumidor terá atingido o nível mais elevado das últimas décadas.

O ano de 2022, foi uma continuidade de um ano desafiante para todos, a Instituição procurou adaptar o plano de atividades aos desafios que a situação pandémica colocou, em particular na transição da generalidade das atividades para o digital como outras alterações de planos e calendário.

As Atividades apresentadas foram definidas tendo em conta a Missão, Visão e valores da Instituição, no seu todo, e o posicionamento estratégico para o ano de 2022.

O ano de 2022 foi particularmente difícil na vida de todos nós. A pandemia do Covid 19, e a recente guerra na Ucrânia veio radicalizar toda a dinâmica organizacional das instituições e da sociedade civil. A Beneficente não foi exceção e teve de adequar as estratégias e procedimentos nas suas dinâmicas diárias de intervenção. Foram valorizadas particularmente as atividades de interior, em detrimento das exteriores, fruto das vicissitudes da pandemia e das causas da guerra. Foram utilizados instrumentos de trabalho inovadores, valorizando a comunicação com os familiares, através de plataformas digitais. As atividades desenvolvidas tiveram em conta critérios de eficiência, eficácia, qualidade e excelência, tendo em vista alcançar uma organização sustentável por via da sua ação, com o objetivo de aumentar, quer o desempenho, quer a notoriedade nas partes interessadas (utentes, equipa técnica, colaboradores, órgãos sociais da IPSS, familiares, parceiros entre outros) cumprindo assim a sua missão claramente definida nas boas práticas. Tem por objetivos principais, o apoio a idosos, aos mais carenciados, à família e à comunidade, no âmbito de atividades de acolhimento, educativas, recreativas no apoio à integridade social, a promoção e proteção da saúde e bem-estar dos utentes das respostas sociais desenvolvidas pela instituição. As atividades dirigidas ao nosso público-alvo, tem vindo a deparar-se com a realidade social etária bastante heterogénea na sua zona de intervenção, pois o espetro social é verdadeiramente variado. A população idosa apresenta necessidades de apoio social diversificado, que se refletem nas respostas sociais de centro de dia e de serviço de apoio domiciliário. A temática relacionada com os problemas de envelhecimento, tem vindo a despertar um grande interesse nas sociedades. O aumento do número de idosos reflete, consequentemente o aumento de esperança de vida da população.

Assim sendo a esperança de vida associa-se às questões relacionadas com a necessidade de apoios de vária ordem e à prestação de cuidados próprios inerentes a esta fase de vida. Tendo em conta a diversidade da população alvo, a Instituição conta com uma equipa de colaboradores formados em diferentes áreas, de forma a complementar a multidisciplinidade, das necessidades apresentadas.

Continuaremos a assistir a acontecimentos comoventes de desgraça, requerendo uma intervenção urgente nessa cooperação e ajuda dos que dela necessitam, para que a situação possa ser enfrentada com serenidade e diluídas as marcas mais ásperas.

A Direção, durante este exercício de 2022, continuou o trabalho que vem desenvolvendo de reajustamento e de redefinição de estratégias e soluções, visando criar sempre novos métodos de sustentabilidade da Instituição, de forma a podermos responder aos mais variados desafios e necessidades que nos são impostas pelas famílias que se socorrem desta Instituição, com respostas satisfatórias e apropriadas para todos aqueles que procuram a “A Beneficente”.

Neste exercício de 2022, destacamos a continuidade da atividade desenvolvida pelos técnicos, integrada no programa operacional de apoio aos mais carenciados (POAPMC), no âmbito do SAAS (serviço de apoio e acompanhamento social), e da equipa do RSI. Estas Medidas colocadas pela Seg. Social para os indivíduos e/ou as famílias que se encontrem em situação de carência económica, equiparado ao conceito aplicável no âmbito do subsistema de ação social pelo organismo responsável pela execução das políticas de proteção social.

Estas medidas são apoiadas e são da responsabilidade da Seg. Social, e estão a ser executadas na Beneficente, sobre a orientação de colaboradores da Instituição.

A Direção

II. Respostas Sociais dirigidas à População

- Área Social

A Área social está em funcionamento no edifício Sede

a) Refeitório/Cantina Social

Esta Resposta social, desenvolvida em equipamento integrado no edifício sede, é destinada ao fornecimento de refeições. Esta resposta Social Refeitório/Cantina Social, apelidado por “Sopa dos Pobres”, nome a que se deu na sua origem é o serviço mais antigo da Associação, em funcionamento desde setembro de 1906, tendo um acordo de cooperação atípico de 100 refeições diárias com o Instituto de Segurança Social.

Caraterização da Resposta Social:

A Cantina Social é uma resposta social destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos do município, podendo integrar outras atividades, nomeadamente a promoção da autoestima através da prática de hábitos de higiene pessoal, de tratamento de roupas e distribuição de vestuário e calçado, de Sinalizar/diagnosticar situações, tendo em vista um encaminhamento, promover a plena integração social de todos os utentes.

Regras para a frequência do Refeitório/Cantina Social:

- A refeição é composta por sopa, um prato de carne ou peixe e sobremesa.
- Todos os utentes têm direito à refeição completa, exceto se não cumprirem o horário estabelecido para o período de distribuição da mesma.
- Não é permitido aos utentes fazer-se acompanhar de bebidas alcoólicas.
- É dever de todos os utentes o cumprimento das demais elementares regras de higiene (lavagem das mãos), asseio e estima, quer no que se refere às instalações, quer no que se refere ao equipamento utilizado.
- É pedido civismo e respeito para com os colaboradores e entre os próprios utentes.
- Durante a refeição é proibido a existência de comportamentos incorretos, bem como de linguagem inapropriada.
- Quem tiver atitudes incorretas no refeitório poderá ser impedido de usar estes serviços durante um período a determinar, consoante a gravidade da ocorrência.

Modus Operandis no ano 2022:

As refeições, desde o início da pandemia e de acordo com as orientações da DGS, passaram a ser servidas em “regime de takeaway”, em embalagens individuais para que fossem consumidas nos respetivos “domicílios”. Em março de 2022, após algum aligeiramento das medidas de prevenção da transmissão da doença, voltamos a abrir o equipamento Refeitório, mantendo a opção de regime de takeaway.

Verificamos que a sua grande maioria optou por continuar a levantar a respetiva refeição em regime de takeaway contrariando a nossa a previsão.

Durante este ano manteve-se a necessidade de serem entregues refeições ao domicílio a utentes pelas nossas equipas de Serviço de Apoio Domiciliário quer por situações de emergência temporária ou por tempo indeterminado. As circunstâncias são diversas, no entanto, as condições de debilidade na saúde combinadas com os alojamentos, embora precários, mas a um custo mais baixo, distantes da Instituição “A Beneficente” não possibilitam, a estes utentes, a deslocação diária à instituição

Público-Alvo:

Maioritariamente são indivíduos isolados consumidores de substâncias tóxicas (drogas/álcool) em situação de isolamento, inexistência de suporte familiar desempregados e beneficiários de prestações pecuniárias e/ou apoios económicos eventuais provenientes da Segurança Social e do Fundo Local de Emergência Social da Póvoa de Varzim.

A grande maioria dos utentes frequentadores das respostas de Refeitório/ Cantina e Balneário estão expostos ao fenómeno do desemprego, problemas de saúde mental, toxicodependência/alcoolismo, encontrando-se

maioritariamente em situação de arrendamento de quarto, casa partilhada, habitação insegura, habitação inadequada, sem casa ou mesmo sem teto.

Equipa Técnica:

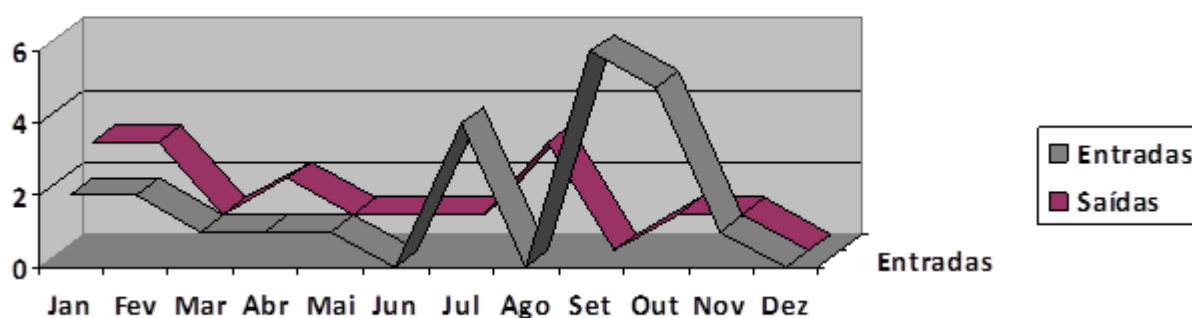
Constituída pela Coordenadora, uma Técnica de Serviço Social e uma Trabalhadora de Serviços Gerais.

Capacidade da resposta:

Taxa de ocupação/ capacidade da resposta social

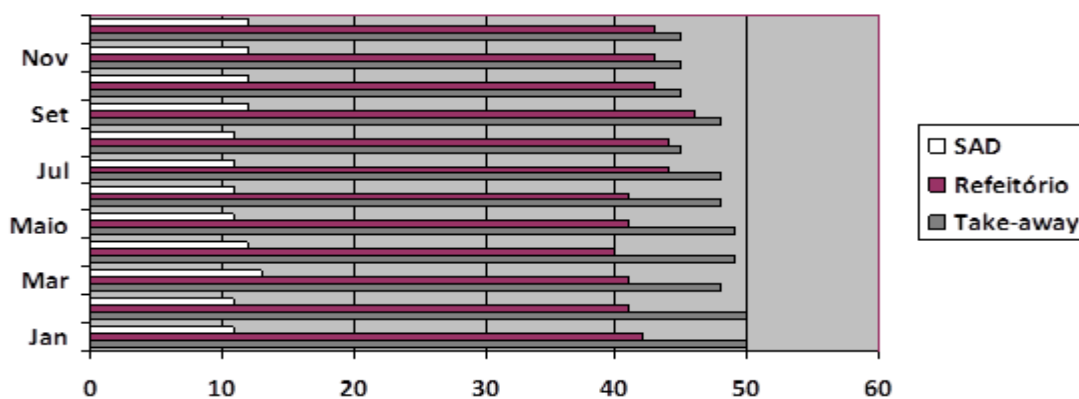
A capacidade desta resposta social é de 100 utentes, e no ano de 2022, em determinadas épocas do ano foi superior mediante fenómenos excecionais para suprir necessidades desta população.

Movimentos mensais registados na resposta durante o ano de 2022



Verifica-se uma maior afluência de entradas de utentes nos meses de julho, setembro e outubro.

Distribuição das refeições



Pode-se verificar que a grande maioria dos nossos utentes optaram por manter o serviço de refeição em regime de takeaway. Um número menos significativo preferiu voltar a fazer a sua refeição no equipamento refeitório. E tendo as equipas de SAD manterem a entrega diária de refeições ao domicílio.

b) Balneário e serviço de tratamento de roupa**Designação:**

Este serviço surge no âmbito da rentabilização de recursos e da conciliação de sinergias em prole da comunidade, e dirige-se a indivíduos socioeconomicamente desfavorecidos do concelho da Póvoa de Varzim, nomeadamente a pessoas sem-abrigo e/ou vítimas de vulnerabilidade habitacional (que não possuem condições de habitabilidade adequadas para suprir as suas necessidades pessoais de higienização).

O serviço de balneário funciona de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 11:00, e proporciona os cuidados de higiene pessoal, cuidados de imagem e tratamento de roupa a utentes que frequentam o Refeitório/Cantina social.

Este serviço dispõe de 3 balneários individuais. Está estipulado em cerca de 30 minutos/por utente.

Aos utentes é distribuídas uma toalha e uma muda de roupa lavada e produtos de higiene pessoal (sabão ou sabonete) e sempre que a Instituição recebe dádivas de produtos de higiene como gel de banho, champô, giletes e sabão/gel de barbear, entre outros, são colocados à disposição dos referidos utentes.

Este serviço por ser o único que oferece de forma gratuita a possibilidade de realizar os cuidados de higiene, e tratamento de roupa, tem tido uma crescente procura, fruto do encaminhamento de diferentes entidades e do facto da grande maioria dos nossos utentes se encontrar em situação de sem abrigo.

Também se disponibiliza o serviço de lavandaria a uma “muda de roupa” por cada banho, e quando é comprovada a necessidade é feito a lavagem de roupa de cama.

Nesta resposta social, o número de utentes a frequentar é variável consoante a sua admissão na Instituição, por pratica é elaborado um mapa com o dia/hora para cada utente, conforme as possibilidades do serviço, e evitar conflitos entre os mesmos.

c) POAPMC (Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas)

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas pretende ser um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal.

O Financiado pelo Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas e pelo Instituto da Segurança Social, I.P., tem por finalidade apoiar indivíduos ou famílias que se encontrem em situação de carência económica, através da distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade.

Além da entrega regular de cabazes, estão ainda previstas medidas de acompanhamento a estas famílias, com o objetivo de as capacitar para a correta seleção dos géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade, para a prevenção do desperdício e a otimização da gestão do orçamento familiar.

Neste programa o Banco Alimentar, aqui, assume a função de entidade coordenadora e a função de polo de receção.

A Beneficente, assume a função de entidade mediadora, tendo por obrigação distribuir os produtos aos destinatários finais, elaborar e atualizar as listas dos destinatários finais.

Neste âmbito são apoiados pela Beneficente 372 pessoas carenciadas.

Os critérios para a identificação das pessoas/famílias carenciadas são definidos de acordo com o conceito de carência económica. Este conceito, aplicável igualmente no âmbito do subsistema de ação social, é definido pelos normativos internos estabelecidos pelos serviços da segurança social sendo, nesse âmbito, consultadas as organizações parceiras relevantes.

A identificação das pessoas/famílias mais carenciadas é efetuada, de acordo com o critério de carência económica em vigor, pelo técnico de ação social que acompanha a família. O técnico que procede à identificação das pessoas/famílias integra o quadro de uma organização parceira (pública ou privada sem fins lucrativos).

A situação de indocumentados, como é o caso das situações de pessoas sem-abrigo, configuram também critério suficiente de identificação de pessoa carenciada.

d) SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

Esta resposta Social, consiste num atendimento de primeira linha que procura responder eficazmente às situações de crise e ou de emergência sociais, bem como num acompanhamento social destinado a assegurar o apoio técnico, tendo em vista a prevenção e resolução de problemas sociais.

A Quem se Destina?

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social presta serviços a pessoas e famílias:

- Em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
- Em situação de emergência social;
- Dificuldades sociais pontuais;
- Não beneficiários de Rendimento Social de Inserção;
- Residentes nas freguesias do Concelho da Póvoa de Varzim.

Missão:

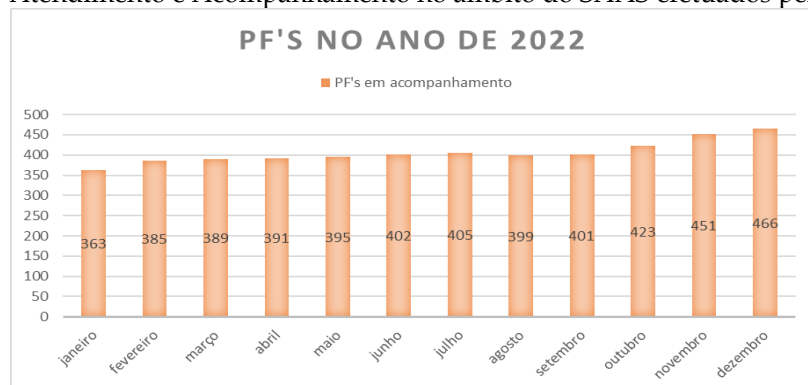
- Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação;
- Apoiar em situações de vulnerabilidade social;
- Contribuir para a aquisição e/ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social;
- Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;
- Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

Princípios e Valores estruturais:

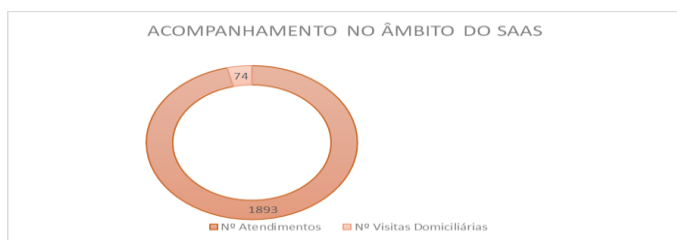
- Promoção da inserção social e comunitária;
- Personalização, seletividade e flexibilidade dos apoios sociais;
- Intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos;
- Valorização das parcerias para uma atuação integrada;
- Intervenção mínima e oportuna.
- Contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes;

Ao longo do ano de 2022, 466 agregados familiares foram atendidos/acompanhados pela Equipa do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. Verificou-se um crescimento regular, à exceção do mês de agosto, dadas as férias judiciais e à transição de um número mais significativo de processos para outras áreas de intervenção. Estes processos foram distribuídos pelas três técnicas afetas à equipa.

Atendimento e Acompanhamento no âmbito do SAAS efetuados pela equipa



O acompanhamento realizado traduziu-se em 1893 atendimentos técnicos e 74 visitas domiciliárias

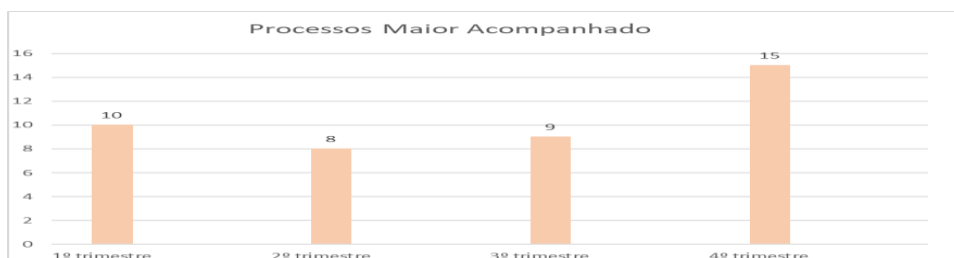


Processos de Maior Acompanhado:

O regime de Maior Acompanhado entrou em vigor a 10 de fevereiro de 2019 (Lei nº49/2018), veio substituir o anterior Regime da Interdição e da Inabilitação, estabelecido pela legislação portuguesa desde o Código Civil de 1966 e eliminou as figuras da interdição e da inabilitação utilizadas até à data.

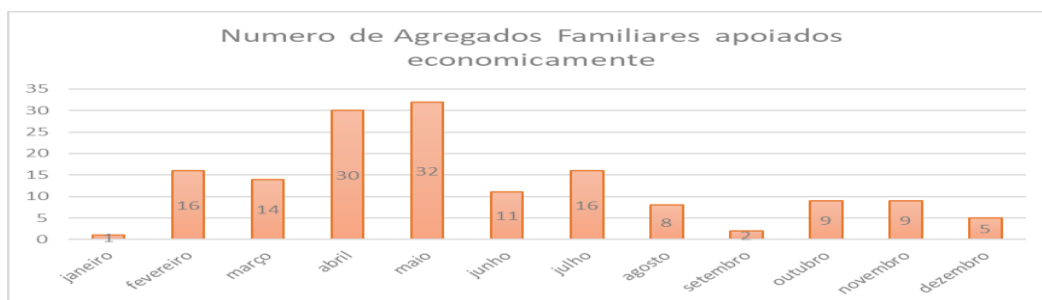
A sentença deixou de ser definitiva, havendo agora uma atualização a cada 5 anos. Os tutores passaram a acompanhantes e o interditado a acompanhado.

O Ministério Público solicita com regularidade a colaboração da equipa SAAS para elaboração de relatórios sociais, que são determinantes para as decisões nos processos a decorrer. Através da realização de visitas domiciliárias, entrevistas nos serviços, articulação com diferentes entidades, o serviço deu resposta a 42 solicitações neste âmbito



Agregados Familiares com Apoio Pecuniário:

As prestações pecuniárias de carácter eventual são atribuídas no âmbito da intervenção da ação social, de acordo com os objetivos definidos na Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social, concretamente, no sistema de proteção social de cidadania, onde está integrado o subsistema de ação social. A atribuição de uma prestação pecuniária de carácter eventual é precedida, obrigatoriamente, de uma intervenção ou um ato técnico, em que, no contexto de um atendimento o técnico de serviço social recolhe a informação necessária e indispensável à realização do diagnóstico social sobre a situação de vulnerabilidade em que se encontra o indivíduo/ família.



As prestações pecuniárias de carácter eventual destinam-se a:

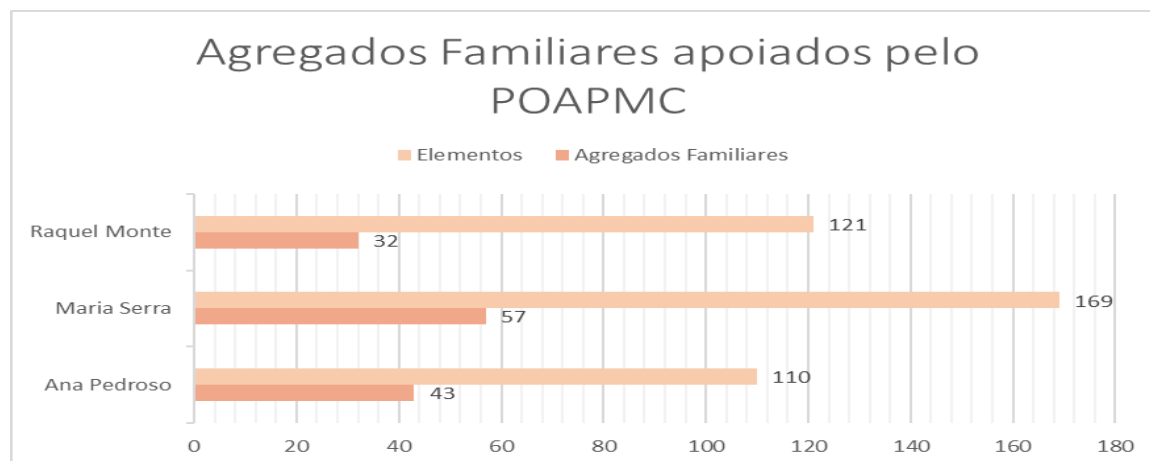
- Colmatar as situações de carência económica, devidamente comprovada;
- Contribuir para a realização de despesas inadiáveis, como por exemplo despesas no âmbito da saúde;
- Contribuir para a aquisição de bens e serviços de primeira necessidade e neste sentido, estas prestações obedecem aos princípios de personalização, seletividade e flexibilidade de modo a abranger múltiplas áreas (alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação e transportes).

Estas prestações constituem um instrumento da intervenção da ação social na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de exclusão ou vulnerabilidade social, que deve ser conjugada com outras políticas sociais públicas e articulada com a atividade de instituições não públicas, designadamente, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Considera-se situação de carência económica: A situação de risco de exclusão social em que o indivíduo/família se encontra, por razões conjunturais ou estruturais, e que auferem um rendimento per capita inferior ao valor da pensão social, atualizado anualmente, por referência ao Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

Segundo estes princípios, a equipa do SAAS apoiou 153 agregados de janeiro a dezembro de 2022

Agregados Familiares e respetivos elementos a beneficiarem de apoio alimentar por parte do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), por técnica:



e) Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Caraterização da Resposta Social:

O serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para apoiar 60 utentes, pelo acordo estabelecido com a Segurança Social, é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e/ou psíquica, que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

O recurso a esta resposta, tem vindo a implantar-se, demonstrando claramente a adesão das populações a esta modalidade de serviços como forma de responder a alguns dos seus problemas. Particularmente, no que se refere às pessoas idosas, a prestação destes serviços coloca-se hoje como exigência de vida normal e integrada, possibilitando-lhes por essa via a permanência no seu meio habitual de vida.

Estão abrangidos 60 utentes pelo Acordo de Cooperação estabelecido com a Segurança Social

Principais objetivos:

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e famílias;
- Contribuir para retardar ou evitar a institucionalização.
- Assegurar aos indivíduos e famílias satisfação de necessidades básicas;
- Prestar cuidados de ordem física e apoio psicossocial aos indivíduos e famílias, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;

Para a prossecução dos objetivos referidos anteriormente compete ao SAD garantir ao utente:

- O respeito pela sua individualidade e privacidade;
- O respeito pelos seus usos e costumes;

- A prestação de todos os cuidados adequados à satisfação das suas necessidades, tendo em vista manter ou melhorar a sua autonomia;
- A articulação com os serviços da comunidade.
- Elaboração e avaliação de um plano de cuidados tendo em conta as necessidades individualizadas de cada utente.
- A prestação dos serviços deve ser assegurada por pessoal com formação adequada.
- Nas situações de dependência que exijam recurso a ajudas técnicas, o SAD, pode providenciar o seu aluguer/ cedência, de forma a garantir o bem-estar do utente e proporcionar melhores condições de trabalho às equipas.

Serviços disponibilizados pelo SAD:

Refeições:

O nosso serviço de Apoio Domiciliário pretende dar a todos os utentes qualidade de vida, associada a uma segurança depositada na nossa Associação e nas nossas equipas. O objetivo principal na área da alimentação é garantir diariamente a cobertura das necessidades de refeições fornecidas aos utentes. As refeições são entregues no domicílio entre as 12h15 e as 13h15. Apesar de entregarmos as refeições apenas no horário de almoço, temos vários utentes em que reforçamos a sua marmita, de forma a cobrir também o jantar. Para além da entrega da refeição no domicílio, em alguns utentes abrimos as marmitas e dispomos a refeição, tendo em conta a limitação do utente. Em situações muito pontuais, prestamos apoio na administração da refeição ao utente.

Higiene pessoal e cuidados de imagem:

A higiene pessoal e cuidados de imagem são necessárias à qualidade de vida do utente. Cada utente é tratado de forma individual e com respeito pela sua identidade, hábitos e modos de vida e, sempre que é realizada a higiene diária, as colaboradoras devem ter em conta o assegurar da sua privacidade e estabelecer uma relação utente/colaboradoras para permitir que se criem laços de empatia, compreensão e tranquilidade. O serviço de Apoio Domiciliário realiza higienes diárias, da parte da manhã entre as 8h00 e as 12h15, aproximadamente, e da parte da tarde das 14h15 às 16h24.

Tratamento de roupa:

Este serviço permite que a roupa de uso pessoal do utente seja lavada e tratada na lavandaria da Associação, para, posteriormente ser entregue e organizada no seu domicílio.

Higiene habitacional:

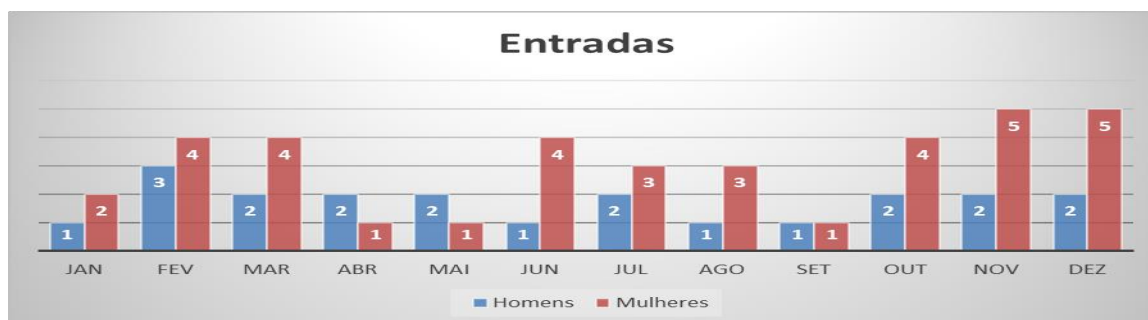
A higiene habitacional refere-se a limpezas estritamente necessárias à natureza do apoio a prestar. Assim, normalmente, prestam-se serviços como a organização de armários e recolha de roupa suja, despejo do lixo doméstico, lavar casa de banho, mudar roupa e/ou fazer cama, lavar louça, entre outros. No entanto, temos algumas situações, que por falta de retaguarda familiar e incapacidade do utente, acabamos por fazer limpezas a fundo das habitações desses utentes.

Outros serviços:

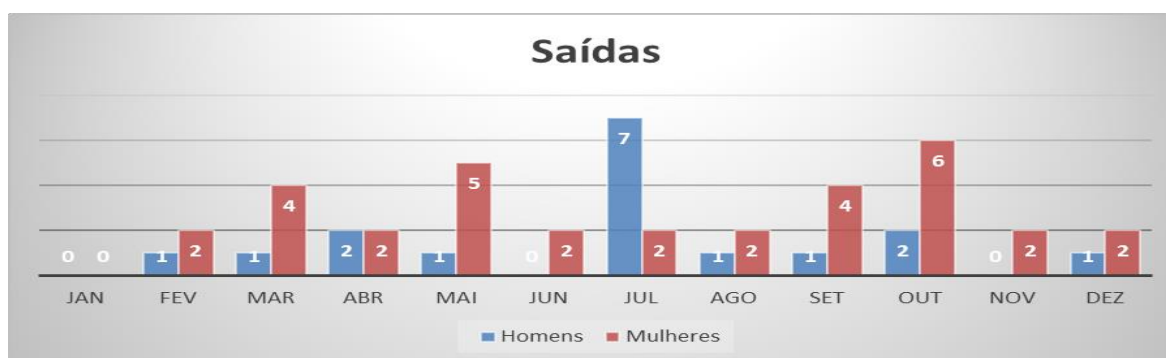
Estes serviços representam o apoio nas atividades instrumentais da vida quotidiana, como por exemplo, a assistência medicamentosa, execução de pequenos curativos, medir níveis de glicemia, administrar insulina, compra de medicamentos ou produtos de higiene, pequenos recados.

Movimento de entradas e saídas no ano 2022:

Registaram-se 58 admissões, sendo 21 referentes ao sexo masculino e 37 referentes ao sexo feminino.



Quanto ao número de saídas, no total registaram-se 50, sendo 33 referentes ao sexo feminino e 17 referentes ao sexo masculino

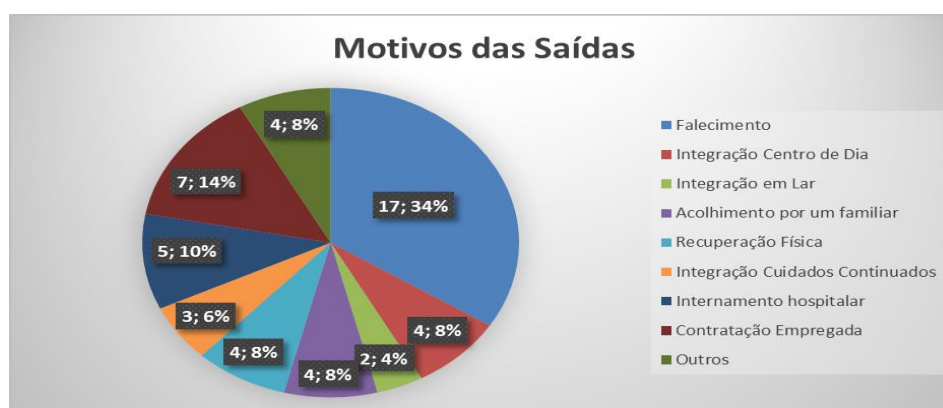


Podemos concluir que, há semelhança dos anos anteriores, a procura dos Serviços de Apoio Domiciliário, continua a ser predominante no género feminino.

Pela análise dos gráficos podemos constatar que houve uma maior procura do serviço nos meses de fevereiro, novembro e dezembro e um maior número de saídas nos meses de julho e outubro.

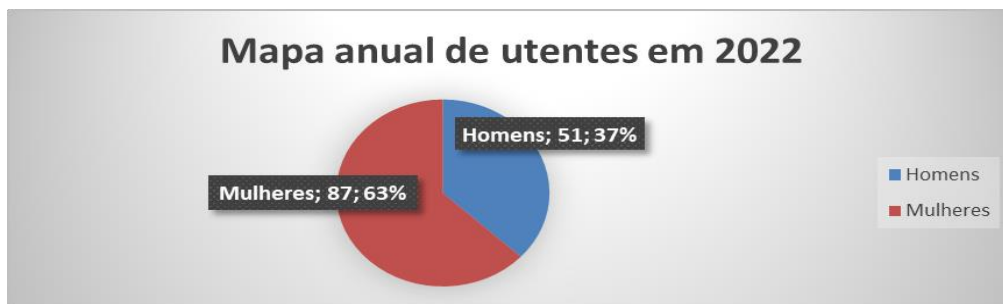
Motivos das saídas:

O motivo mais predominante das desistências do serviço de apoio domiciliário, à semelhança dos anos anteriores, está relacionado com o falecimento dos utentes, no entanto, existem também outros motivos com maior relevância, como o internamento hospitalar e contratação de empregada a tempo inteiro que assume todos os cuidados ao utente.

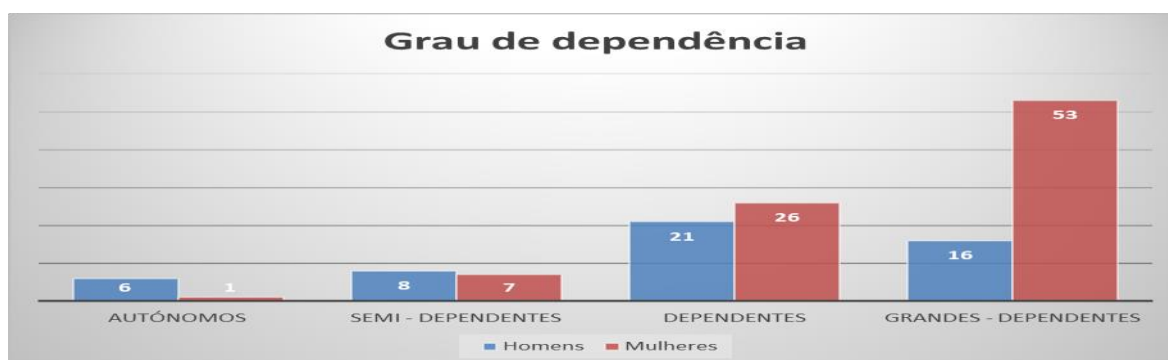


Frequência no ano de 2022:

Ao longo do ano, o serviço de apoio domiciliário apoiou 138 utentes, sendo 51 do sexo masculino e 87 do sexo feminino.

**Grau de dependência:**

Em termos de autonomia, no geral, é-nos solicitado com mais frequência apoio domiciliário para utentes com grande dependência. Já a diferença de autonomia entre o sexo masculino e feminino, nos homens há uma predominância dos utentes dependentes, já nas mulheres prevalecem as utentes com grande dependência.

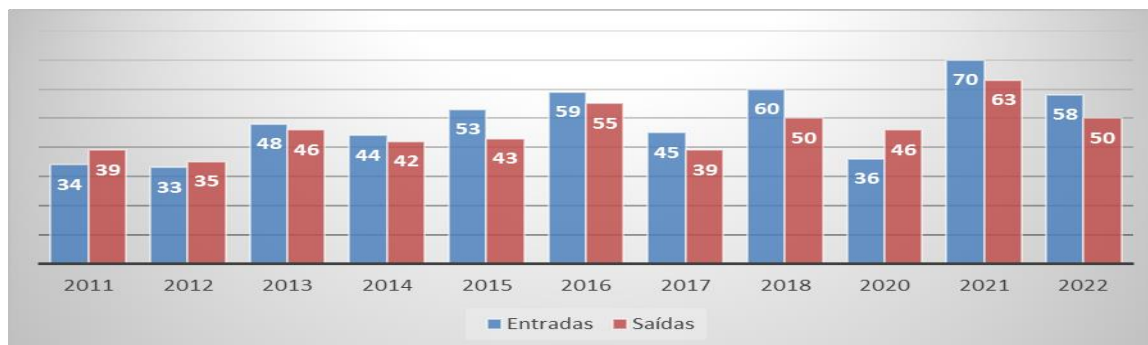
**Dezembro de 2022:**

No último mês do ano, o SAD apoiou 89 utentes. Este apoio dividiu-se pelos vários serviços disponibilizados por esta resposta sendo eles:

- 4 Serviços (Higiene Pessoal, Cuidados de Imagem, Higiene Habitacional e Tratamento de roupas;
- Higiene Pessoal e Cuidados de Imagem;
- Refeição, Higiene Habitacional e Tratamento de Roupas;
- Refeição.



Em suma, à semelhança dos anos anteriores, com exceção do ano de 2022, o número de entradas prevaleceu relativamente ao número de saídas, com uma diferença de 8 utentes.



Caraterização da equipa afeta ao Serviço de Apoio Domiciliário:

O quadro de pessoal é estabelecido de forma a garantir a qualidade e eficácia dos serviços, sendo constituído pela Coordenadora, uma Assistente Social e Ajudantes de Ação Direta.

Nestes últimos 3 anos atípicos, o serviço teve necessidade de se reorganizar de forma a colmatar as falhas que foram surgindo, em grande parte devido à situação pandémica que o mundo atravessou, nomeadamente devido a isolamentos profiláticos, essencialmente no primeiro trimestre do ano.

Esta resposta Social SAD funciona de 2^af a 6^af entre as 8h00 e as 13h00 e entre as 14h00 e as 16h24 e aos Sábados entre as 8h00 e as 13h00. Diariamente estão ao serviço 10 funcionárias que constituem 5 equipas e 1 funcionárias na preparação das marmitas.

No início do ano de 2022, ainda bastante controverso devido à ausência de várias funcionarias estarem ausentes ao serviço por obrigatoriedade de cumprir isolamento, devido ao Covid, tivemos que reorganizar o serviço, tendo sido impossível conseguir garantir todos os serviços, tendo sido necessário o apoio dos familiares.

A equipa de Serviço de Apoio Domiciliário tem como objetivo envolver todos os utentes nas épocas festivas, tentando levar até eles um pouco de animação característica das datas, pois, dada a impossibilidade de muitos saírem dos seus domicílios, muitas destas datas são relembradas apenas por esta iniciativa do serviço.

Nestes últimos anos tão atípicos, em que a restrição ao domicílio foi ainda mais evidente, a nossa intervenção teve ainda um carater mais evidenciado.

f) Serviço de Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta social para idosos desenvolvida em equipamento integrado no edifício sede de “A Beneficente”. Tem como missão contribuir para dignificação da população Sénior, valorizando a sua experiência de vida e apostando na manutenção de uma existência ativa.

Esta resposta social está em atividade desde Janeiro de 1992, e teve mudança de espaço em 2014 no mesmo edifício, com a disponibilidade de um espaço condigno que se destina a proporcionar serviços de apoio e convívio a idosos, sendo a sua capacidade para 40 utentes, onde permanecem das 9h00 às 17h00, durante o dia de 2^a a 6^a feira, realizando atividades acompanhadas e orientadas por técnicos e necessidades básicas pessoais, evitando o isolamento e a manutenção no seu domicílio e família.

O Serviço distribui-se com os seguintes apoios diários:

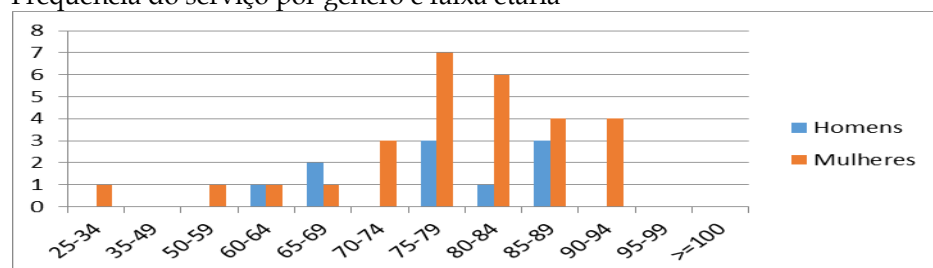
- Refeições (Pequeno almoço, almoço, lanche e sopa para a noite).
- Cuidados de higiene e imagem
- Tratamento de roupa
- Transportes
- Acompanhamento aos cuidados de saúde
- Aquisição de bens e serviços
- Ginástica e Hidroginástica
- Convívio e atividades ocupacionais
- Apoio social e administrativo
- Administração de medicação que inclui medição de glicemia e administração de insulina

O ano 2022 foi o retomar da normalidade e beneficiarem de cuidados no tempo certo. O serviço teve em conta as necessidades dos novos utentes que foram surgindo em substituições dos perdidos com a pandemia e trabalhou-se sobretudo ao nível da reabilitação das capacidades funcionais, cognitivas e de saúde, pois ter mais anos implica ter mais cuidados de saúde e apoio social. A nível da saúde tivemos frequentemente visitas dos Centros de Saúde locais sempre que dirigíamos alguma necessidade dos utentes, a nível funcional mantivemos a Ginástica no espaço Centro de Dia e no exterior integrados na Ginástica Sénior da nossa Autarquia, 1 mês de Praia dividido por julho e setembro, atividades institucionais como o Dia do Idoso, atividades lúdicas internas. Uma grande dificuldade e que se agravou com o pós-pandemia e o retomar dos serviços é a falta de soluções para combater as demências cada vez mais presentes na resposta social.

O prolongamento da vida das pessoas para lá do expectável nem sempre se traduz em bem-estar que se pretende seja saudável, mas por vezes com a idade vamos acumulando problemas e dificuldades na rotina diária que interferem na capacidade de sermos autónomos.

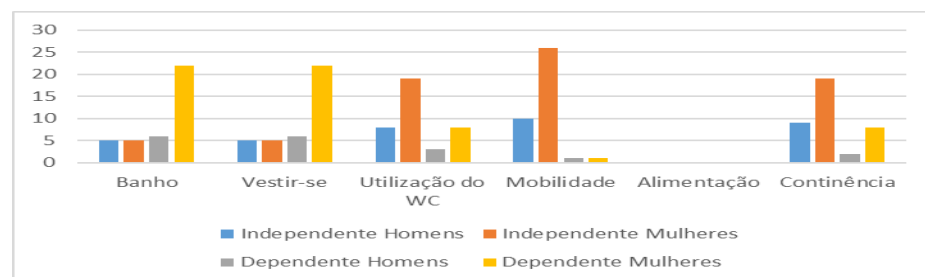
Foram cumpridas todas as atividades propostas no plano anual de atividades.

Frequência do serviço por género e faixa etária



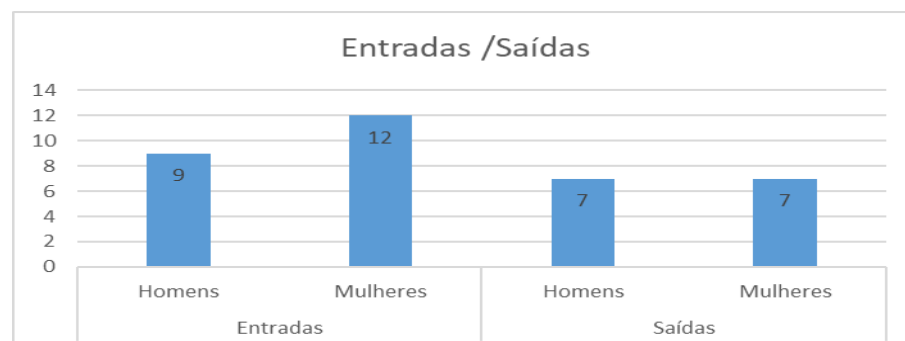
A Predominância é de género feminino e as faixas etárias mais densas são entre os 75 e 90 anos

Utentes por capacidade de realização de atividades básicas



Tanto o género feminino como o masculino apresentam incapacidades em todas as necessidades básicas com excepção de se alimentarem por mão própria

Entradas e saídas



As entradas têm sido superiores às saídas o que faz dirigirmo-nos para a normalidade no pós covid. Os motivos das saídas devem-se a falecimentos, encaminhamento para lares e ou familiares ou devido á perda de autonomia

- Área de Infância,

Nesta área temos 3 edifícios em funcionamento, Pires Quesado, Santo António, Senhora da Conceição contíguo com o edifício António Quintas, a prestar os serviços de Creche, Educação Pré-escolar, e ATL (atividades de tempos livres), primeiro ciclo.

a) Edifício Monsenhor Pires Quesado

O edifício Monsenhor Pires Quesado integra as respostas sociais de Creche, Jardim de Infância e Centro de Atividades de Tempos Livres e tem capacidade para 175 crianças.

O ano de 2022 integrou a implementação do projeto **Curricular Educação Ambiental para a Sustentabilidade**. Este projeto emergiu da necessidade que a comunidade escolar identificou em promover uma mudança na mentalidade e nos hábitos ambientais da nossa comunidade mais alargada, fazendo germinar novos conceitos e princípios que sustentem uma nova consciência na geração atual e nas gerações mais novas.

Esta importante tarefa assenta na certeza de que a escola é um lugar privilegiado de aprendizagens onde se deve promover a aquisição de valores, atitudes e comportamentos pró-ambientais, que devem ter continuidade no contexto familiar.

A educação ambiental para a sustentabilidade é um processo longo e contínuo, que emerge da necessidade de mudança de hábitos e atitudes, educando as crianças para uma cidadania ativa e informada, com o investimento na formação de uma consciência ambiental responsável que tenha eco na comunidade.

O ano de 2022 foi dividido em dois períodos:

- o primeiro período, de janeiro a julho 2022, em que foi desenvolvido o sub-tema **“Guardiões do Ambiente - Terra - Somos verdes - A importância de preservar”** que incidiu sobre os problemas que afetam a Terra e os seus ecossistemas, sobre a poluição e as suas consequências e sobre as ações que temos que definir para reverter este processo de degradação do meio ambiente que tem que ser levado a cabo por todos para todos.

- o segundo período, de setembro a dezembro de 2022, em que foi desenvolvido o sub-tema **“Guardiões do Ambiente - Ar - Viva o Ar que Respiramos - Ar necessidade vital”** que se estrutura em volta da ideia do valor vital do Ar, como um recurso essencial para a sustentabilidade da vida no planeta Terra;

Creche

A creche é uma resposta social, de natureza socioeducativa, destinada a acolher crianças com idades compreendidas entre os 4 meses e os 3 anos, durante o período correspondente ao impedimento dos pais ou quem exerça as responsabilidades parentais.

Visa conciliar a vida familiar e profissional do agregado familiar, colaborar com a família no processo de desenvolvimento da criança, assegurar um atendimento seguro, afetivo e personalizado em função das necessidades específicas de cada criança.

A creche Monsenhor Pires Quesado, tem 3 salas com capacidade total para 35 crianças, distribuídas da seguinte forma no final do ano:

Salas	Capacidade	N.º de utentes 2021/2022	N.º de utentes 2022/2023
Berçário Dos 4 aos 12 meses	8 crianças	9 crianças	9 crianças
Sala de 1 ano Dos 12 aos 24 meses	12 crianças	14 crianças	12 crianças
Sala dos 2 anos Dos 24 aos 36 meses	15 crianças	15 crianças	15 crianças

Jardim de Infância

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida e complementa a ação educativa da família. Tem como primeiro objetivo a estimulação do desenvolvimento global e harmonioso da criança, tendo em conta as suas características individuais, incutindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas, que promovam o seu desenvolvimento pessoal e social com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania.

O jardim de infância Monsenhor Pires Quesado, conta com 4 salas com capacidade para 100 crianças, distribuídas da seguinte forma no final do ano:

Salas	Capacidade	N.º de utentes 2021/2022	N.º de utentes 2022/2023
Sala dos 3 anos Dos 3 aos 4 anos	25 crianças	24 crianças	24 crianças
Sala dos 4 anos Dos 4 aos 5 anos	25 crianças	24 crianças	25 crianças
Sala dos 5 anos Dos 5 aos 6 anos	25 crianças	23 crianças	24 crianças
Sala Mista Grupo heterogéneo Dos 3 aos 6 anos	25 crianças	24 crianças	24 crianças

CATL

O CATL (centro de atividades de tempos livres) destina-se a crianças entre os 6 e os 12 anos e é um espaço que pretende dar continuidade ao trabalho realizado na valência de jardim, no que se refere às oportunidades, agora mais complexas, de desenvolvimento global para crianças que frequentam o 1.º ciclo do Ensino Básico.

A atividade desta valência desenvolve-se em função de duas vertentes, uma primeira vertente visa promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com a criação de pequenas comunidades infantis no interior das quais se desenvolvem atividades lúdico-pedagógicas que procuram promover e negociar regras de relação, de respeito mútuo, atitudes de compreensão e interajuda e uma segunda vertente de apoio à família no que diz respeito às obrigações escolares e uma segunda vertente que visa apoiar as crianças e as suas famílias nas responsabilidades escolares com o apoio e acompanhamento dos trabalhos escolares

O CATL Monsenhor Pires Quesado, conta com 2 salas com capacidade para 40 crianças do 1.º ciclo, distribuídas da seguinte forma no final do ano:

Turnos	Capacidade	N.º utentes 2020/2021	N.º utentes 2022/2023
Grupo da manhã Dos 6 aos 10 anos	20 crianças	12 crianças	14 crianças
Grupo da tarde Dos 6 aos 10 anos	20 crianças	27 crianças	25 crianças

Em 2022, foram desenvolvidos dois planos de atividades, referentes em 2 anos letivos distintos:

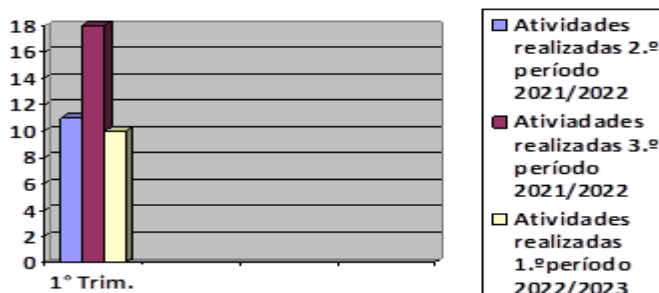
- de janeiro a julho, foi desenvolvido o Plano Anual de Atividades do ano letivo 2021/2022.

- de setembro a dezembro, foi desenvolvido o Plano Anual de Atividades de 2022/2023.

No âmbito destes dois planos foram programadas 30 atividades lúdico-pedagógicas para o ano civil de 2022.

Não foi possível a realização de 9 das atividades previstas por limitações decorrentes das regras sanitárias definidas pela Direção Geral da Saúde, no âmbito da pandemia da COVID-19.

Distribuição das atividades por períodos letivos



Para além, das atividades relacionadas com o tema do projeto, foram ainda integradas no Plano Anual de Atividades, outras atividades relacionadas com dias comemorativos, festividades e temas que se consideraram pertinentes para o universo de crianças ao qual se destina o plano.

Do total de atividades realizadas podemos distinguir quatro grupos diferentes:

Atividades relacionadas com dias comemorativos e datas festivas

Desfile de Carnaval - cancelado
Dia do Pai e Dia da Mãe
Dia Mundial da Árvore
Dia Mundial da Criança
S. Pedrinho e a Pequenada
Visita ao Presépio - cancelado

Festas

Festa de Final de Ano - cancelado
Festa de Finalistas
magusto de S. Martinho
Festa de Natal

Realizaram-se várias visitas no âmbito dos projetos de sala

Visitas ao exterior canceladas.

b) Edifícios Jardim de Infância Santo António / Creche Sr.^a da Conceição e St^o António

O Jardim Santo António integra a resposta social Jardim de Infância, com capacidade para 100 crianças, tendo atingido em 2022 a média de 90 crianças e a resposta social Creche (Sr.^a da Conceição e Santo António) com capacidade para 65 crianças atingiu em 2022 a média de 67 crianças.

No ano letivo 2021/2022, A implementação do Plano Anual de Atividades (PAA), assenta na avaliação realizada pelos docentes dinamizadores e responsáveis pelas atividades.

A filosofia subjacente às atividades que constam no PAA preconiza a troca de experiências e conhecimentos, o alargamento cultural, a cooperação, a iniciativa, a responsabilidade e o espírito crítico entre as crianças, equipa docente e não docente e todos os membros da Comunidade Educativa, tendo como base os princípios orientadores explícitos no Projeto Educativo cujo tema central é o “Mundo em que vivemos”. A avaliação final do Plano Anual de Atividades visa recolher dados concretos, objetivos e ajustados de como decorreram as atividades ao longo do ano letivo. A identificação de pontos fortes e fracos servem para estabelecer consensos sobre os aspetos que têm mais impacto no resultado das aprendizagens e que preconizam um maior e melhor sucesso educativo.

As Finalidades educativas é aplicada através do Projeto Educativo, em que a área de infância de A Beneficente tem com propósito o seguinte:

Funcionar como espaço agradável e tranquilo, proporcionando às crianças oportunidades para brincar, organizar o seu imaginário, dando o seu contributo para a estabilidade e segurança afetiva;

- Estimular o desenvolvimento progressivo da autonomia, do sentido de responsabilidade e das capacidades de expressão, comunicação e criação;
- Promover a educação ambiental;
- Promover a curiosidade pelos outros, pelo mundo que as rodeia e desenvolver uma atitude proativa como membro da sociedade global;
- Favorecer a inclusão das crianças em grupos sociais diversificados, valorizando a variedade de culturas e experiências, e contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso das aprendizagens;
- Assegurar a maior participação possível das famílias;
- Colaborar com os pais e com demais técnicos e intervenientes no processo educativo, de modo a facilitar a adaptação das crianças, despistar inaptações ou deficiências e proceder ao encaminhamento mais adequado;
- Promover a tomada de consciência da importância do desenvolvimento pessoal e profissional de toda a comunidade educativa.

No Ano 2022, as respostas sociais de Creche e Jardim-de-Infância desenvolveram a sua prática com base no Projeto Curricular de Estabelecimento, denominado “A Criança no Mundo”. As temáticas deste projeto, subdividem-se em três anos letivos, e foram obviamente adequadas às faixas etárias compreendidas em cada uma das respostas sociais.

Assim, **nas respostas sociais da Creche** Nossa Senhora da Conceição e Creche Santo António as práticas educativas apontam para os seguintes temas:

- no ano letivo 2021/2022: Descobrir a minha Escola
- no ano letivo 2022/2023: Descobrir a minha Rua
- no ano letivo 2023/2024: Descobrir a minha Cidade

E para No Jardim-de-Infância Santo António, os planos pedagógicos seguem os temas seguintes:

- no ano letivo 2021/2022: Eu e a minha Cidade
- no ano letivo 2022/2023: Eu e o meu País
- no ano letivo 2023/2024: Eu e o meu Mundo

Fazendo uma avaliação ao ano de 2022, relativamente às atividades planificadas, estas foram planificadas e pensadas tendo em conta as idades dos grupos de crianças, o seu desenvolvimento, motivações e interesses, assim como trabalhar o tema central do projeto de estabelecimento. Teve-se como objetivo global proporcionar a ampliação do campo de experiências em contacto com os outros numa grande variedade de atividades proporcionando o desenvolvimento de aprendizagens e a aquisição de competências, potenciadoras da mediação adequada entre a criança e o Mundo.

O PAA elaborado apresentou atividades que nos três períodos letivos se desenvolveram avançando na sua abrangência e complexidade, tendo em conta sempre as características, necessidades e interesses das faixas etárias.

Nas respostas sociais de Creche no primeiro trimestre estavam previstas e foram realizadas com sucesso, quatro atividades com objetivos claros para a descoberta entre as crianças e os adultos presentes no seu dia-a-dia, bem como o descobrir do seu espaço escolar e o seu tempo/rotina diária. Os objetivos específicos das atividades foram largamente atingidos e superados pelas crianças que as vivenciaram, na medida em que sempre foi visível o seu entusiasmo, alegria e diversão na participação das mesmas.

No que concerne ao segundo trimestre, foram propostas três atividades, com vista alargar os conhecimentos das crianças acerca de temas como as habitações e os transportes, sendo que foram também alcançados os objetivos delineados.

Por fim, no terceiro período, estavam planeadas duas atividades, também elas realizadas e desenvolvidas com sucesso, a avaliar pela observação do agrado e alegria das crianças na participação destes momentos em que adquiram conhecimento sobre as profissões e experienciaram momentos de diversão nas suas brincadeiras com água.

Desta forma, das oito atividades planeadas para as crianças que frequentaram a Creche, foram realizadas todas com sucesso, como é demonstrado no gráfico seguinte:

Atividades propostas e realizadas na Creche

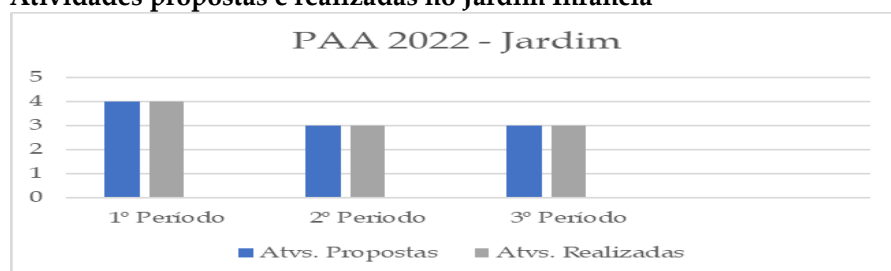


No que diz respeito à **resposta Social do Jardim-de-Infância** no primeiro trimestre estavam previstas e foram realizadas com sucesso, quatro atividades com objetivos claros para a descoberta entre as crianças e os adultos presentes no seu dia-a-dia, bem como o descobrir do seu espaço escolar e o seu tempo/rotina diária. Os objetivos específicos das atividades foram largamente atingidos e superados pelas crianças que as vivenciaram, na medida em que sempre foi visível o seu entusiasmo, alegria e diversão na participação das mesmas.

No que concerne ao segundo trimestre, foram propostas três atividades, com vista alargar os conhecimentos das crianças acerca de temas como as habitações e os transportes, sendo que foram também alcançados os objetivos delineados.

Por fim, no terceiro período, estavam planeadas três atividades, também elas realizadas e desenvolvidas com sucesso, a avaliar pela observação do agrado e alegria das crianças na participação destes momentos em que adquiram conhecimento sobre os serviços e monumentos da cidade, a para do desenvolvimento de competências de segurança rodoviária e experienciaram momentos de diversão nas suas brincadeiras com água. Desta forma, das dez atividades planeadas para as crianças que frequentaram a Creche, foram realizadas todas com sucesso, como é demonstrado no gráfico seguinte:

Atividades propostas e realizadas no Jardim Infância



As atividades propostas e desenvolvidas para cada uma das respostas sociais visam como destinatários as crianças que as frequentam, sendo que para a resposta social de Creche se concretizou em sessenta e oito crianças, divididas pelas duas creches nos seguintes números: Creche Nossa Senhora da Conceição – trinta e oito: Creche Santo António – trinta, sendo que estas contagens evidenciam uma situação de oito excedentes no que se refere ao acordado com a tutela legal.

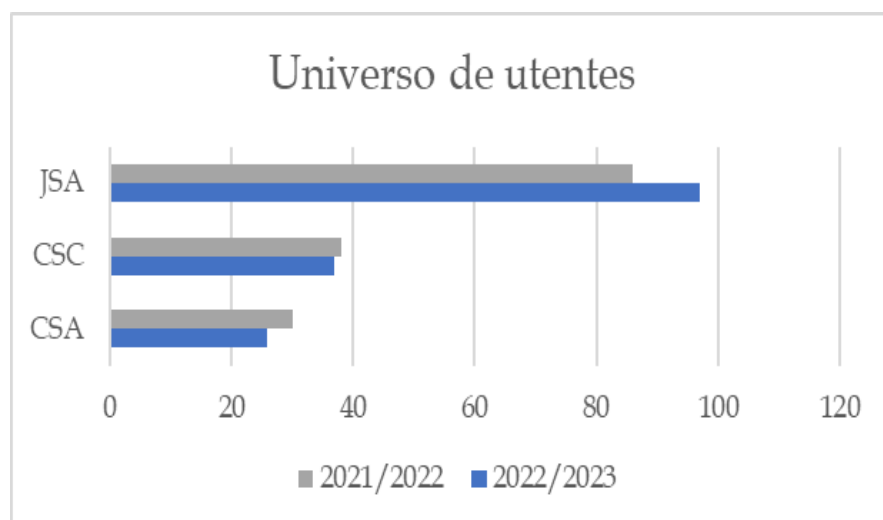
Para a resposta social do Jardim-de-Infância Santo António, as atividades visaram um universo de oitenta e seis crianças, um número de utentes enquadrado nos cem legalmente disponibilizados

Tendo em vista o contínuo melhoramento dos nossos serviços, e o reconhecimento do valor da Instituição na comunidade educativa da nossa cidade, e a dinamização de atividades adequadas e promotoras de efetivo desenvolvimento de todas as crianças, no presente ano letivo o universo de crianças de Creche que acolhemos, concretiza-se em sessenta e três crianças, divididas pelas duas creches nos seguintes números: Creche Nossa Senhora da Conceição – trinta e sete: Creche Santo António – vinte e seis, sendo que estas contagens evidenciam uma diminuição para três excedentes no que se refere ao acordado com a tutela legal.

Em relação ao Jardim-de-Infância Santo António, o universo de crianças são noventa e sete crianças, um número de utentes enquadrado nos cem legalmente disponibilizados.

Com esta adequação, pretende-se que as práticas educativas, contribuam para o desenvolvimento a nível cognitivo e afetivo de todas as crianças, inseridas num ambiente estruturado e organizado, quer seja em Creche ou Jardim-de-Infância, pois através de brincadeiras ou jogos são inúmeras e variados as competências desenvolvidas fundamentais para a vida adulta.

Universo de crianças em creche e jardim



Com o PAA, promoveu-se uma forte articulação entre a comunidade educativa, sendo uma mais-valia no trabalho colaborativo, e partilha de experiências na prática docente com vista ao sucesso institucional e bem estar geral das crianças, sendo que se considera que o PAA, foi cumprido integralmente, nas duas respostas sociais, e ainda se realizaram atividades espontâneas, de maneira a dar resposta às expetativas ou solicitações de parceiros, o que enriqueceu ainda mais o desenvolvimento das crianças que participaram sempre com agrado e permitiram associar a vertente lúdica à aprendizagem.

Desta forma, o conjunto das atividades constante no plano de atividades foi reconhecido por toda a comunidade escolar, como tendo tido um contributo diversificado, enriquecedor e interveniente no currículo, pelo que contribuiu de forma objetiva para uma escola que trabalha no sentido de uma educação de qualidade.

Numa perspetiva futura, conclui-se que são de valorizar e incluir nos planos atividades, atividadea que promovam uma participação ativa e contínua das famílias e um maior envolvimento da comunidade através da cooperação nas dinâmicas escolares.

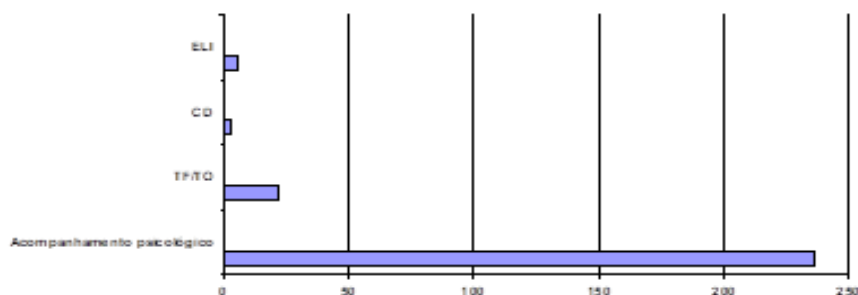
- Serviço de Psicologia

O serviço de psicologia desenvolveu a sua ação em dois domínios principais: ações de promoção de um ambiente escolar que favoreçam as aprendizagens e o desenvolvimento; acompanhamento individualizado aos utentes da área da infância.

O acolhimento da criança e família na Associação tem o seu início com a realização da entrevista de pré-diagnóstico das crianças que frequentam o pré-escolar, a qual permite um conhecimento alargado sobre o estágio de desenvolvimento da criança, das rotinas familiares e das expectativas dos pais em relação aos serviços disponibilizados pela Associação. No decorrer do ano foram realizadas 37 entrevistas de pré-diagnóstico, e de seguida, elaborados os respetivos perfis de desenvolvimento, para posterior integração da criança em contexto de jardim-de-infância. As dificuldades registadas durante o período de adaptação foram trabalhadas individualmente com as crianças e as famílias, ultrapassando-se os constrangimentos nos momentos de transição família/escola.

No âmbito das atividades regulares do serviço, procedeu à avaliação global de situações relacionadas com problemas de desenvolvimento tendo realizado 236 acompanhamentos individualizados, 15 encaminhamentos para terapia da fala, 7 para terapia ocupacional/ integração sensorial, 3 para a consulta de desenvolvimento, 5 para a intervenção precoce. Nestas intervenções, o serviço procurou articular as diferentes modalidades de complemento pedagógico, apoio terapêutico e de educação especial, disponibilizando todos os meios de estimulação existentes para garantir um pleno desenvolvimento às crianças que frequentam a Associação.

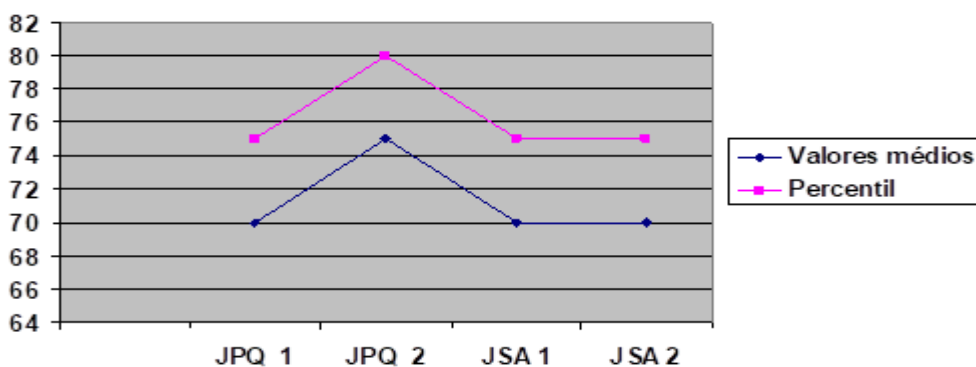
Acompanhamento psicológico e encaminhamentos realizados pelo serviço de psicologia.



Os pedidos de avaliação e acompanhamento foram realizados pelos docentes, encarregados educação e médicos assistentes. O serviço colabora com o centro de saúde, a consulta de desenvolvimento e os pediatras, elaborando relatórios para complementar diagnósticos diferenciais, bem como participando em reuniões com os diversos técnicos que apoiam as crianças.

As crianças que frequentaram as salas dos 5 anos nos jardins-de-infância foram avaliadas relativamente às competências para aprendizagem escolar, aprofundando-se a observação do desempenho das crianças nas dimensões que têm maior influência na aprendizagem escolar. Desta forma, aferiu-se o grau de preparação das mesmas, para uma integração bem-sucedida no primeiro ano do ensino básico. As 50 crianças finalistas do ensino pré-escolar apresentaram um percentil médio entre 75 e 80, valor que reflete a qualidade das práticas educativas da Associação.

Valor médio e correspondência em percentil das crianças de 5 anos



O Serviço de Psicologia coordenou as atividades da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) da Associação, que objetiva propor, acompanhar e monitorizar crianças com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, prestar aconselhamento aos docentes e contribuir para a inclusão escolar e social dos alunos. A EMAEI apoiou 15 crianças nestas circunstâncias, propondo medidas de suporte e acompanhando o desenvolvimento das mesmas.

No âmbito da promoção e melhoria dos serviços prestados pela Associação, o Serviço de Psicologia e dois docentes desenvolveram um estudo piloto, em duas salas do pré-escolar, com a finalidade de redefinir um novo projeto curricular para a associação. O projeto decorreu durante o ano letivo de 2021/2022, na sala mista do Jardim de infância Monsenhor Pires Quesado e na sala dos 5 anos, no Jardim de infância de Santo António. As duas salas de pré-escolar observaram uma verdadeira remodelação, no espaço e organização dos materiais, no ambiente de sala. A avaliação do projeto reconheceu a necessidade de se implementar novas práticas nas metodologias pedagógicas da associação, refletindo-se numa melhoria na autonomia, comportamento social, responsabilidade e desenvolvimento das crianças que participaram no estudo. Considerou-se ainda a necessidade de os docentes usufruírem de formação nos modelos que apoiam este projeto curricular, tendo sido desenhado um plano de formação que facilite a implementação destas metodologias, em todas as salas de creche e pré-escolar da Associação.

- Protocolo RSI (Rendimento Social de Inserção)

Funcionamento e Objectivos

A equipa do Protocolo RSI – exerce funções nas instalações de “A Beneficente” desde setembro 2009, tendo como objetivo o acompanhamento de 240 agregados familiares beneficiários de RSI no sentido do desenvolvimento de competências e potenciação de condições para a definitiva e bem-sucedida autonomia face aos serviços e em termos socioeconómicos.

Designação Rendimento Social de Inserção (RSI)

É um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por:

- Uma prestação **pecuniária** para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas, e;
- Um programa de inserção que integra um **contrato** (conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros.

Objetivos do Serviço de RSI

A Equipa do Protocolo de RSI, visa garantir a intervenção junto das famílias, na criação de condições de autonomia, através do seu acompanhamento efetivo, tendo em vista:

- 1.A potenciação dos fatores de proteção de cada família, enquanto estratégia de prevenção;
- 2.A intervenção precoce enquanto estratégia eficaz para minimizar situações de risco ou perigo;
- 3.A abordagem local e comunitária, através de iniciativas e serviços locais, centrados na comunidade e promotores do desenvolvimento social

Público-Alvo

A equipa do Protocolo RSI – A Beneficente intervém junto de 248 agregados familiares, beneficiários de RSI, residentes no concelho da Póvoa de Varzim.

Serviços e Atividades

1. Atendimento e Acompanhamento Social
2. Visitas Domiciliárias
3. Ações de promoção de competências pessoais e sociais
4. Articulação com outros Serviços/ Instituições (Centro de Saúde, Escolas, Juntas de Freguesia, IEFP, Câmara Municipal, Hospitais, CPCJ, Santa Casa da Misericórdia, DGRS)

Constituição da Equipa

A Equipa do Protocolo Social de Inserção é constituída por 4 Técnicas Gestoras de Processos Familiares (2 Técnicas de Serviço Social, 1 Técnica de Educação Social, 1 Técnica de Psicologia) e 2 Ajudantes de Ação Direta (AAD).

Condicionantes da intervenção durante o ano de 2022

Num período em que o país se encontra num período pós pandemia e a atravessar uma crise socioeconómica, foi e ainda é realizado um esforço maior por parte de toda a população para retomar à normalidade no seu quotidiano. Ao longo do ano de 2022 foram planeados vários projetos inovadores para se realizarem num futuro a médio/longo prazo para combater as problemáticas da nossa população-alvo, porém, existiu o entrave da transferência de competências para a Autarquia local no final do presente ano. Esta situação fez com que esses projetos não fossem avante devido ao término de contratos da equipa atual.

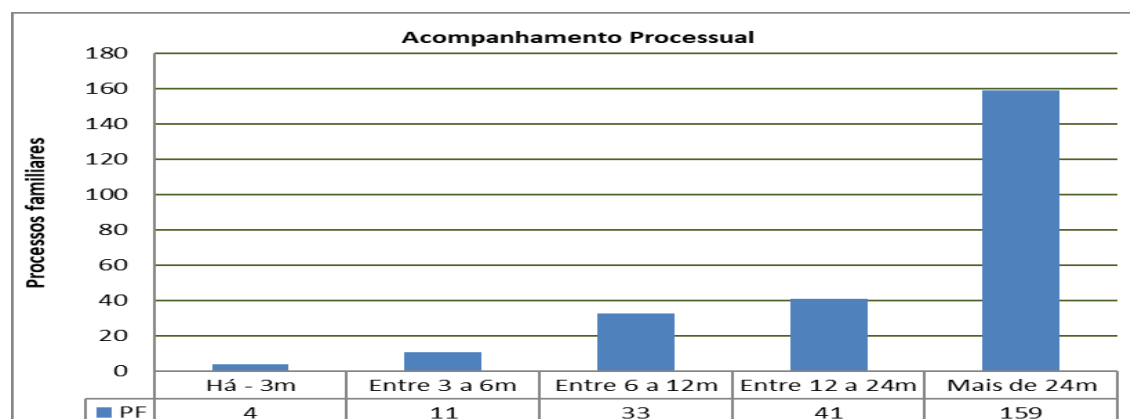
ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DE RSI

Durante o ano de 2022 a equipa acompanhou 248 agregados familiares.

De seguida, pode verificar-se que o número de famílias em acompanhamento há mais de 24 meses é o mais elevado. Este resultado demonstra-nos que existem agregados familiares que, devido a diversas problemáticas,

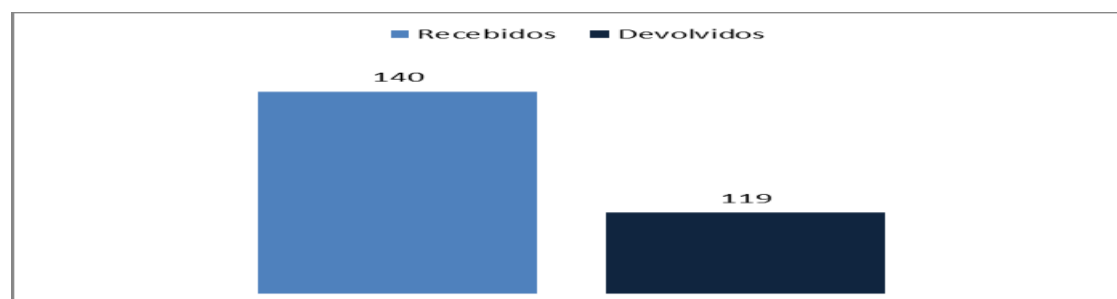
nomeadamente etnia, doença, escolaridade e falta de acesso a direitos sociais, continuam a necessitar de acompanhamento por parte da equipa de RSI.

GRÁFICO 1 - Acompanhamento Social - Tempo de acompanhamento



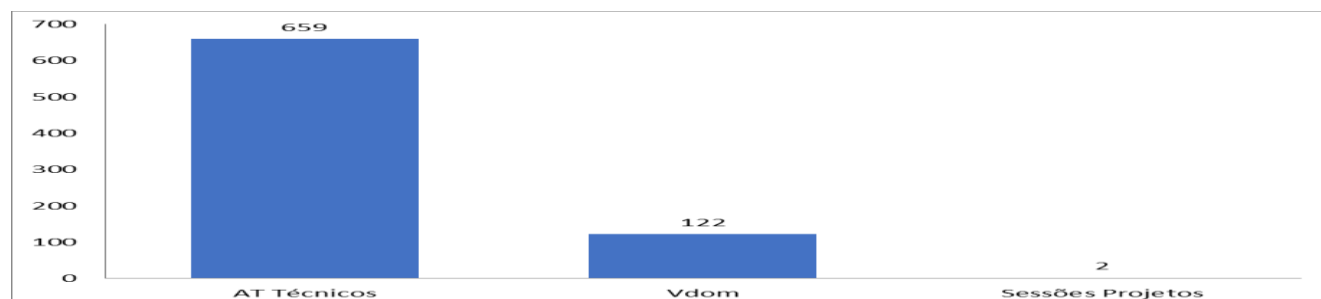
No gráfico seguinte, conseguimos visualizar o número total de processos recebidos pela equipa de RSI (N=140) e devolvidos à Segurança Social (N=119). Esta contagem traduz-se na reflexão da rotatividade da população acompanhada, isto é, existem processos a serem devolvidos à Segurança Social por motivo de os beneficiários de inserirem profissionalmente, mudarem de residência ou até a terem acesso a direitos sociais (Pensão de Invalidez, Pensão de Velhice...).

GRÁFICO 2- Acompanhamento Social - Movimento dos Processos Familiares



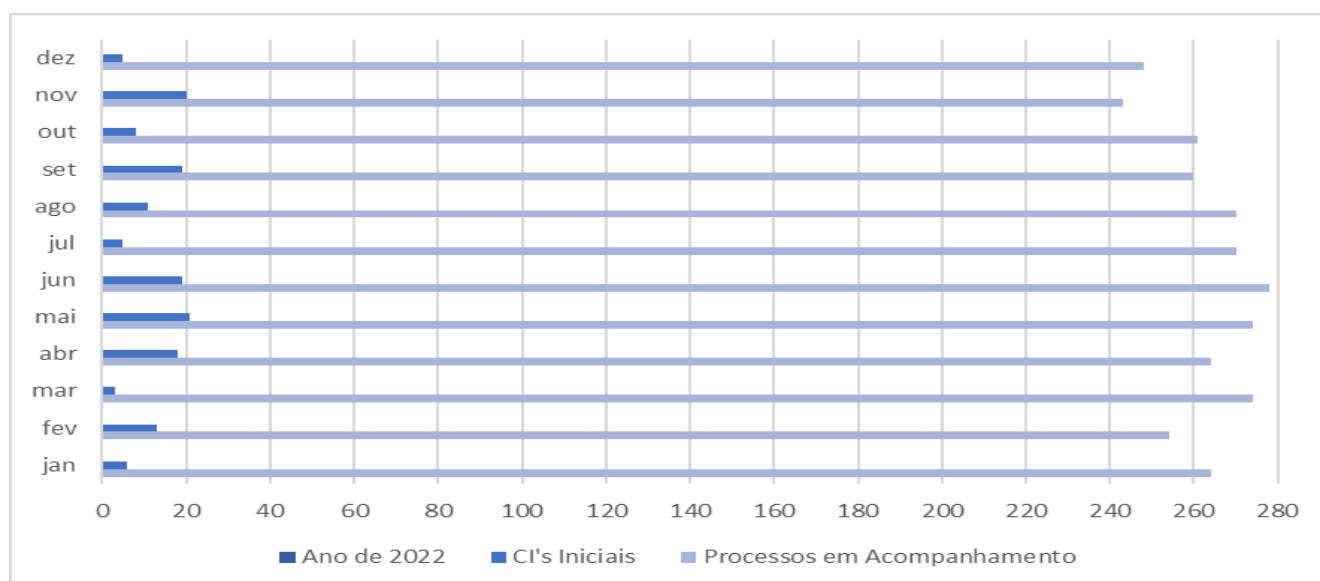
Salienta-se ainda o facto de a equipa de RSI, apenas ter protocolado o acompanhamento de 240 agregados familiares em acompanhamento, e, apesar de esse número ser excedido mensalmente, por vezes, acaba por ter que devolver alguns destes processos de modo a não ficar com sobrecarga processual

GRÁFICO 3 - Acompanhamento Social - Trabalho com Beneficiários



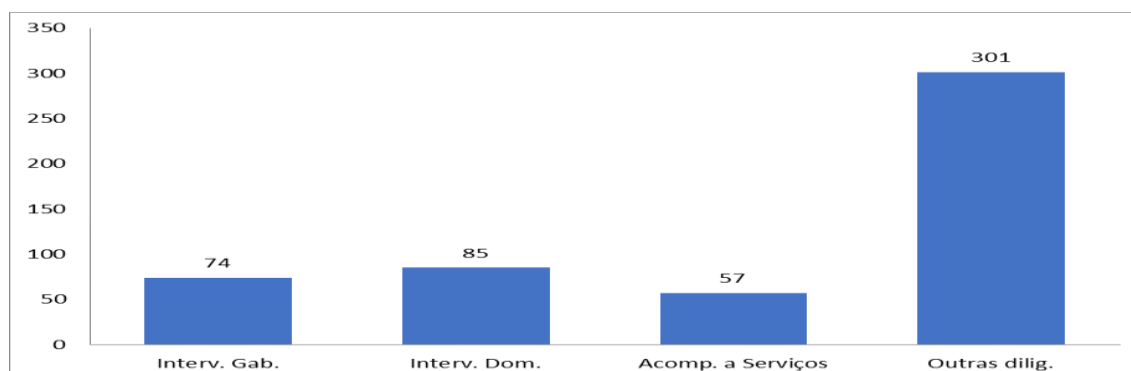
Constata-se que foram realizados 659 atendimentos técnicos (AT Técnicos), 122 visitas domiciliárias técnicas (Vdom) e 2 sessões de grupo, sendo estas, Ação de Alfabetização e Ação Ativa-te, que serão detalhadas no tópico C-Avaliação das atividades e projetos de grupo.

GRÁFICO 4 - Processos Familiares em Acompanhamento / Contratos Iniciais de Inserção (CI'S Iniciais)



Verifica-se o número de processo em acompanhamento, bem como os contratos iniciais de inserção (CI's Iniciais), que foram chegando à equipa mensalmente, ao longo do ano de 2022.

GRÁFICO 5 - Ajudantes de Ação Direta (AAD) - Serviços



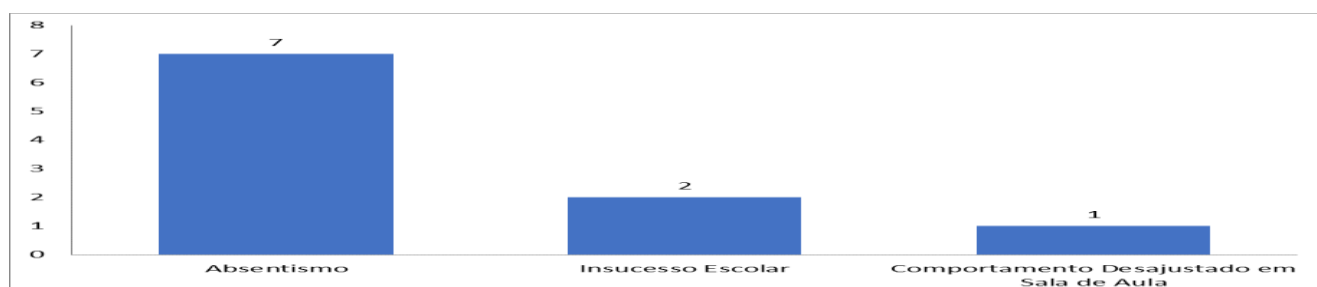
Verifica-se as diligências realizadas pelas Ajudantes de Ação Direta. Estes serviços traduzem-se em sessões de intervenção em gabinete (Interv. Gab.) -74, sessões de intervenção ao domicílio (Interv. Dom.) - 85, acompanhamento a serviços (Acomp. a Serviços) - 57 e por último, outras diligências (Outras dilig.) - 301.

No âmbito do acompanhamento das famílias, conseguimos perceber as problemáticas existentes no quotidiano das mesmas, nomeadamente a desemprego e insucesso/absentismo escolar, e, por conseguinte, decidiu-se colmatar estas lacunas através de parcerias com outros Projetos e intervenções planeadas pela equipa de RSI, que por sua vez, tiveram um grande impacto na intervenção das mesmas.

Projetos Parceiros da Equipa do Rendimentos Social de Inserção:

- Projeto Promove Valores, no âmbito da intervenção nos menores com problemas escolares, e em particular com o eduK'ARTE - Agrupamento de Escolas Cego do Maio. Observando o Gráfico 6, podemos verificar as distintas problemáticas a serem trabalhadas pela equipa do eduK'ARTE, sendo que o absentismo é o principal desafio a ser superado, uma vez que existem muitos menores de etnia cigana com idade superior a 10 anos de idade e, de acordo com as suas tradições étnicas, deixam de valorizar a vida escolar.

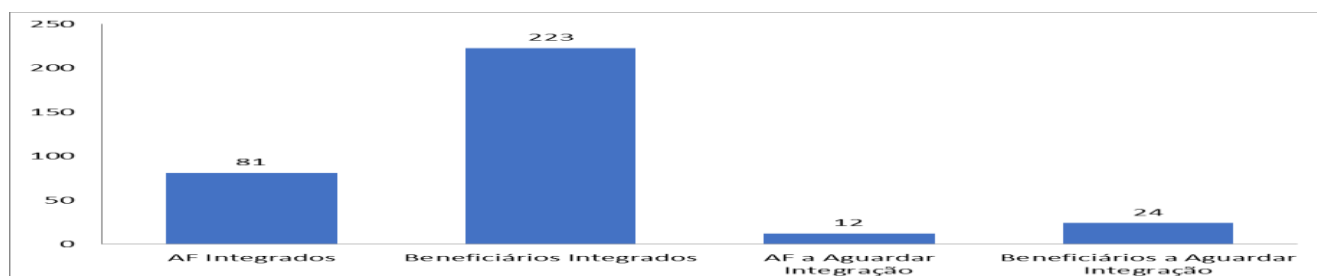
GRÁFICO 6 - Problemáticas Trabalhadas pela Equipa do eduK'ARTE



Programa POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas da instituição, no âmbito do encaminhamento para apoio alimentar.

Como Intervenções Diretas da Equipa, temos as Ações, designadamente, Ação de Alfabetização e Ação Ativa-te, que serão exploradas no tópico seguinte. Através do Gráfico 7, conseguimos perceber o elevado número de agregados familiares (AF) que se encontram a ser apoiadas/integradas neste programa, bem como as que ainda se encontram em lista de espera para a sua integração.

GRÁFICO 7 - Agregados Familiares (AF) / Beneficiários Integrados e a Aguardar Integração em POAPMC



A equipa do Rendimento Social de Inserção (RSI), pretendia dar continuidade à reorganização do trabalho realizado até então, juntamente com as Ajudantes de Ação Direta (AAD). Pretendia-se manter o foco na execução de tarefas no que concerne à exequibilidade dos planos de intervenção e aproveitamento das suas competências, porém, devido à condicionante do término do Protocolo e transferência de competências para a Autarquia, não nos será possível, tendo mesmo ficado alguns projetos por concretizar.

Apesar de nos encontrarmos num período pós pandemia e de crise socioeconómica, verificamos que continuam a existir ações de sucesso que levaram a mudanças significativas na vida dos agregados familiares em acompanhamento pela equipa de RSI. Estas Ações acabaram por instruir os beneficiários analfabetos, auxiliando-os a adquirir melhores habilitações, bem como a inseri-los profissionalmente.

Ao longo do ano de 2022, pôde constatar-se que a equipa multidisciplinar do Rendimento Social de Inserção funcionou sempre da melhor forma possível, priorizando o agregado familiar em acompanhamento, independentemente de todas as limitações que foram surgindo diariamente, conseguindo fazer jus ao propósito e missão da Instituição para a qual presta serviço, “A Beneficente”.

Houve sempre o compromisso da nossa parte em dar continuidade a este desafio de procurar novas formas de proximidade para com as famílias mais carenciadas, uma vez que o país atravessa uma crise socioeconómica. Esta fragilidade económica nacional reflete-se num grande impacto no quotidiano dos beneficiários por nós acompanhados, sendo a questão habitacional o principal desafio, uma vez que sem a contribuição de um apoio económico mensal extra por parte da equipa, atualmente, muitas das famílias não estariam alojadas.

Em jeito de conclusão, percebemos que todos os elementos da equipa do Rendimento Social de Inserção foram importantes para que todo este enorme trabalho junto das famílias mais carenciadas, fosse de sucesso. Salienta-se ainda, que o facto de a equipa ser multidisciplinar foi altamente potencializador na medida em que nos foi sempre possível conseguir ultrapassar diversos obstáculos que nos iam surgindo no quotidiano, através da união das diversas perspetivas de cada técnica gestora de processos.

III – Análise Económico-Financeira

As Incertezas que ainda pairam de cariz económico e financeiro, vividos nos últimos anos nos panoramas nacional e internacional, em que este ano de 2022, ainda foi atípico, devido à situação de pandemia provocada pelo Covid19 no início do ano, e pelos efeitos pós-pandemia, justificado pelo levantamento das restrições e pelo aumento do consumo privado em bens e serviços, provocado pelas restrições associadas à pandemia. Sendo este aumento, parte suportado pela poupança acumulada pela família durante a crise pandémica e com a guerra desencadeada em fevereiro de 2022, disputada pela invasão militar da Rússia à Ucrânia dominou o **panorama económico, social, financeiro e geopolítico internacional**, em que criou um quadro de enorme imprevisibilidade e incerteza, que se refletiu em movimentos expressivos de correção nos principais índices bolsistas mundiais e disparo da volatilidade.

As sanções impostas pela generalidade dos países ocidentais sobre a economia Russa em reação à invasão, tiveram forte impacto sobre: os preços das matérias-primas, os fluxos comerciais e cadeias de valor globais (que voltam a sofrer disrupções tal como tinha ocorrido com a crise do Covid) e as condições financeiras. Tudo isto levou a uma maior incerteza, que veio minar a confiança de todos os agentes económicos!

O atual cenário macroeconómico é pautado por um grau de risco e incerteza significativamente elevado, com implicações diretas no dia-a-dia nos diversos setores de atividade. O crescimento económico ainda com níveis baixos, e ainda a existência de uma taxa de desemprego, apesar dos sinais de decréscimo, são reflexo desta situação e projetam um quadro que ainda não é animador para um futuro próximo. A elevada carga fiscal que tem vindo a ser aplicada às famílias e empresas tem ajudado a manter o nível económico e financeiro do país em condições débeis, e com esta situação de guerra em que vivemos e da pandemia de cerca de dois ano que nos frequentou ainda nos leva mais a incertezas e atrasando de forma reiterada o crescimento económico, que começa a florescer de forma ainda tímida.

“A Beneficente”, na persecução dos seus objetivos, relacionados com a sua diversa atividade, tem sido, obviamente, condicionada pelo cenário atrás referido. Neste contexto, e não perdendo de vista o seu mais nobre desígnio – a Responsabilidade Social – tem a Instituição feito todos os esforços no sentido de minimizar os constrangimentos daí resultantes, não desviando, no entanto, o foco na sua sustentabilidade.

Como vem sendo apanágio, nos últimos anos da sua exploração, a Beneficente procura que a sua sustentabilidade seja um propósito patente na conceção e execução dos seus planos de investimento e exploração.

Os recursos continuam escassos e por isso os critérios de utilização desses mesmos recursos são uma constante preocupação.

Assim, na avaliação dos resultados apresentados, referentes ao ano de 2022, podemos constatar o esforço despendido na interpretação dessas políticas conforme se demonstra nas peças contabilísticas e financeiras presentes neste relatório.

Apresentamos um leque de indicadores que refletem com clareza a atividade económica e financeira da Instituição, referente ao exercício em análise.

De destacar que a Instituição, com o encarecimento do preço dos alimentos, do petróleo e da energia, que elevou a inflação e que levou a um aumento no valor das despesas e uma diminuição na comparticipação dos utentes, aumentando assim os riscos da atividade. Assim podemos verificar as contas da Instituição, do exercício de 2022, analisando as peças contabilísticas.

Sendo a Demonstração de Resultados, que resume a atividade económica de “A Beneficente,” e no exercício de 2022, este apresenta um total de gastos no montante de 2.769.815,57 € euros, e um total de rendimentos no montante 2.609.850,11 € euros, obtendo um resultado líquido negativo de (159.965,46) € euros. O mesmo documento apresenta um EBITDA (resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) negativo no montante de (54.540,00) euros e um resultado operacional negativo, no montante de (157.651,32) euros. Este resultado deve-se ao facto de a Instituição ter retomado à sua atividade normal de após Covid e com o aumento da inflação originou o aumento do valor das despesas.

Analisando o Balanço, sendo este o indicador da posição patrimonial e financeira da entidade, os valores a destacar é o seu total, no montante de 2.569.486,42 euros, os fundos patrimoniais no montante de 1.742.980,46 euros, e o total de passivo no montante de 826.505,96 euros.

Na análise aos gastos, a Instituição apresenta nos gastos com o pessoal, cerca de 76% do total dos custos, nas despesas de consumo com as matérias consumidas, cerca de 8% do total dos custos, e nos fornecimentos e serviços externos, cerca de 8% do total dos custos. Como se pode verificar, a rubrica com maior expressão na estrutura de gastos da Instituição, é a de gastos com o pessoal, e no exercício de 2022, esta rúbrica teve um maior aumento, fruto do aumento do SMN e aumento de níveis de remunerações.

Na análise aos rendimentos, verifica-se que os principais recursos da Instituição são, os subsídios à exploração, que representam 63% do total dos proveitos, e a comparticipação dos utentes representam 25% do total dos proveitos.

Como se pode verificar, os rendimentos não cobrem as despesas, tendo a Instituição, de recorrer a apoios, de forma a poder suportar as necessidades de investimento.

No exercício de 2022, a Instituição recebeu subsídios entre os quais merece destaque:

- da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, o apoio ao serviço conhecido por “Cantina Social”, com uma dotação no valor de € 90 000,00;
- da Junta de Freguesia da Póvoa de Varzim, no seguimento do protocolo, estabelecido para apoio a 5 utentes do Serviço do Apoio Domiciliário (SAD), no valor de € 10 800,00;
- do Turismo de Portugal, no âmbito da Zona de Jogo da Póvoa de Varzim, que atribuiu o montante de 23.625,35 euros, verba, essa que veio reforçar o fundo de tesouraria no ano de 2022.

IV - Investimentos

No plano de investimentos realizados em 2022, o enfoque incidiu na manutenção do edifício sede, em intervenções nos equipamentos que necessitaram de trabalhos urgentes, tais como substituição de algumas peças em equipamentos e reparações e aquisição de uma fritadeira basculante elétrica para a cozinha sede, em que estas aquisições ascenderam em cerca de 73 mil euros e nas manutenções de equipamentos, rondaram os cerca de 24 mil euros.

Neste exercício, a “Beneficente” teve dois processos judiciais com colaboradoras do RSI, os quais ainda estão em curso, e cujo valor ronda os cerca de 55 mil euros.

Cada vez é menor o valor dos donativos e das doações, pelo que as IPSSs terão de recorrer a outros meios para garantir a atividade, em especial nas despesas de investimento e manutenções. No entanto, no ano de 2022 a Instituição obteve alguns donativos, cerca de 18,5 mil euros, pelo que se deixa aqui expresso e bem vincado o nosso muito OBRIGADO a todos aqueles que ajudaram, permitindo desta forma que esta Instituição continue o seu trabalho em prol dos mais desfavorecidos.

V - Evolução estratégica e previsional

À data da elaboração deste relatório, verifica-se ainda a guerra entre Rússia e Ucrânia, que teve e tem impacto na economia, pois o encarecimento do preço dos alimentos, do petróleo e da energia elétrica, é uma das consequências mais sentidas após o início da guerra, o que levou à elevação da inflação. Por vezes parece em alguns momentos que o conflito está arrefecendo, mas não há sinais de trégua. Mediante este cenário instável, a economia mundial sente a queda, e para evitar que choques assimétricos enfraqueçam a EU, tem que se intensificar a solidariedade, e arranjar alternativas de forma a reduzir a dependência em relação à Rússia de forma a diversificação e eficácia da energia.

Esta conjuntura atual, continua a ser marcada por um elevado nível de incerteza decorrente do contexto desta atualidade. Mesmo assim, a Beneficente irá continuar a monitorização da sua missão, com as ações “e com a experiência já adquirida”, de forma a acompanhar e antecipar, na medida, do possível, os impactos da guerra como fez na pandemia, no seu desempenho operacional e financeiro.

A Instituição, para prosseguir com a sua missão, tem necessidade de continuar os trabalhos e aquisições que vem executando, com intervenções de grandes reparações, tanto nos edifícios, como na aquisição de viaturas e substituição de equipamentos, designadamente, ao nível de cozinhas e lavandarias e mesmo na área de infância e idosos, necessitando de apoio das Entidades Oficiais, pois os particulares com estes constrangimentos do pós-pandemia e da guerra no leste europeu, que nos afeta a todos, não vão ter capacidade de apoiar a Instituição.

Assim, neste contexto a “Beneficente” considera fundamental, dar continuidade ao trabalho que faz quotidianamente na Instituição, dar apoio a quem mais precisa, sendo o Lema da Instituição.

VI - Proposta de Aplicação de Resultados

Ao Resultado Líquido negativo do Exercício, no montante de (159.965,46) euros, propomos que seja levado a resultados transitados.

VII - Conclusão e Agradecimentos

“A Beneficente”, no ano de 2022 prestou serviços à comunidade poveira em todas as valências.

A Direção acompanhou no dia-a-dia todas as dificuldades e carências apresentadas e tudo foi feito para as resolver, caso a caso, dentro das limitações que a Associação apresenta.

Colaboramos com as entidades públicas nos programas de divertimento, e na formação, disponibilizamos instalações, participamos na Comissão de Proteção de Menores do concelho da Póvoa de Varzim (CPCJ), no Banco Alimentar Contra a Fome (BA), nos Corpos Sociais da UDIPSS Porto (União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Porto), no Rendimento Social de Inserção (RSI), na Rede Local de Intervenção Social com intervenção no Serviço de Atendimento/Acompanhamento Social (SAAS) e no Programa operacional de apoio à população mais carenciada (POAPMC)

Demos apoio social a famílias carenciadas com fornecimento de refeições gratuitas e autorizamos a frequência de crianças e jovens cujos agregados familiares não têm rendimentos para pagar parte ou a totalidade da mensalidade nas valências da área educacional.

Em 2022, A Instituição teve em média por mês cerca de 559 pessoas (crianças, jovens e adultos) a frequentar as valências da Associação, o que acarreta encargos de elevado valor, envolvendo responsabilidades económico-financeiras no valor de 2.769.815,57€.

Acreditamos que, e tendo em consideração todas as disponibilidades atuais, muito foi feito com tão poucos recursos e meios.

Ao concluir este relatório queremos expressar os nossos agradecimentos:

- à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e à Junta de Freguesia da Póvoa de Varzim, por todo o apoio e ajuda que têm prestado a esta Instituição;
- a todas as Entidades, sem distinção, individuais ou coletivas, que colaboram e colaboraram com a Associação;
- Aos Benfeitores que, com a sua generosidade e ajuda têm colaborado para manter esta Associação viva e como principal centro de atendimento e ajuda a todos os carenciados e famílias que procuram apoio e auxílio;
- Aos fornecedores, pois, são estes que no dia-a-dia possibilitam a prestação dos nossos serviços com garantia de qualidade;
- Também aos comerciantes, industriais e anónimos que deixam a sua contribuição para ajudar a superar as dificuldades da Associação.

Apelamos aos sócios para que continuem a participar nas atividades da Associação, comparecendo nas Assembleias, visitando as valências e deixando a sua contribuição para o engrandecimento da Associação.

Expressamos, o nosso agradecimento a todos os Trabalhadores da Associação, pelo excelente labor desenvolvido ao serviço do bem-estar dos utentes e seus familiares, transmitindo a todos alegria e conforto para ultrapassar estes momentos difíceis, nesta fase de suas vidas. Seria injusto não reconhecer o bom trabalho desenvolvido por todos aqueles que servem a Associação e colaboram, no dia-a-dia, para o desenvolvimento e prestígio alcançado, por esta secular Instituição de Solidariedade Social (IPSS).

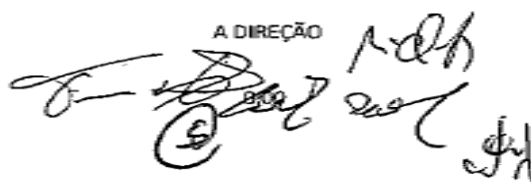
Para os benfeitores anónimos, que mantêm, ainda, viva e atuante a sua vocação em ajudar o próximo, desinteressadamente, fica aqui expresso o agradecimento daqueles que lutam para garantirem o “pão e o agasalho de cada dia” principalmente aos mais envergonhados.

À Imprensa e Rádios locais, queremos manifestar o nosso agradecimento pela colaboração prestada e pela divulgação das atividades desta à Associação durante o ano de 2022.

A todos o nosso muito obrigado.

Póvoa de Varzim, 6 de março de 2023

A DIREÇÃO

The image shows several handwritten signatures in black ink. The text 'A DIREÇÃO' is printed above the signatures. The signatures are written in a cursive style, with some appearing to be initials or names. There are approximately five distinct signatures visible.

Demonstrações financeiras do exercício 2022

As demonstrações financeiras foram preparadas em cumprimento das disposições legais previstas nos diplomas do SNC-ESNL, aprovado pelo Decreto-lei nº 36-A/2011 de 9 de março, pela portaria nº 106/2011, de 14/3, pela portaria nº 105/2011, de 14/3 e pelo Aviso nº 6726-B/2011. Alterado pelo Decreto - Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e pelas portarias nº 218/2015 de 23 de julho (código de contas) e 220/2015 de 24 de julho (demonstrações financeiras) e avisos nº8154/2015 de 29 julho (estrutura conceptual) e 8259/20 15 de 29 julho (normas contabilísticas e de relato financeiro).

As demonstrações financeiras apresentadas são as seguintes:

Balanço a 31 de dezembro

Demonstração de resultados por natureza

Demonstração resultados por funções

Demonstração fluxos de caixa a 31 de dezembro

Também, no mesmo Decreto-lei 36 - A/2011 de 9 de março, no art.º 12, estabelece que as entidades sem fins lucrativos que ultrapassem os limites referidos no art.º 262º do CSC, ou seja desde que ultrapasse dois dos seguintes limites 1 500 mil euros de ativo, 3 000 mil euros de vendas e de outros proveitos ou 50 empregados em média, ficam sujeitas anualmente a **certificação legal das contas**.

Este artigo veio a ser alterado pelo Decreto-Lei n.º 64/2013 de 13 de maio, onde os limites referidos no número anterior são multiplicados por um fator de 1,70.

A Beneficente - Póvoa de Varzim

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

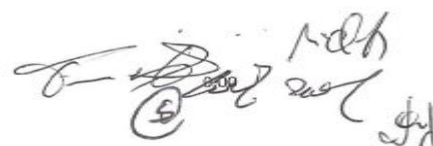
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.195.793,72	2.255.696,01
Ativos intangíveis	6	1.280,54	2.789,42
Investimentos financeiros	14 a)	4.540,45	3.346,68
		2.201.614,71	2.261.832,11
Ativo corrente			
Inventários	8	13.204,08	17.170,85
Creditos a receber	14 c)	12.814,55	19.229,15
Estado e outros Entes Públicos	14 i)	1.190,34	1.317,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14b)	1.136,40	1.846,20
Diferimentos	14e)	29.357,17	16.573,92
Outros Ativos Correntes	14d)	124.110,31	80.390,54
Caixa e depósitos bancários	14 f)	186.058,86	215.163,18
	Subtotal	367.871,71	351.691,05
Total do Ativo		2.569.486,42	2.613.523,16
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14g)	24.592,49	24.592,49
Resultados transitados	14g)	612.775,37	664.925,74
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	14g)	1.265.578,06	1.300.124,02
		1.902.945,92	1.989.642,25
Resultado Líquido do período		(159.965,46)	(52.150,37)
Total dos fundo patrimoniais		1.742.980,46	1.937.491,88
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	28.761,89	-
Financiamentos obtidos	7	80.166,59	57.166,63
	Subtotal	108.928,48	57.166,63
Passivo corrente			
Fornecedores	14h)	55.580,51	51.910,86
Estado e outros Entes Públicos	14i)	92.404,54	83.344,38
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14b)	50,00	42,00
Financiamentos obtidos	7	31.000,04	50.236,18
Diferimentos	14e)	150.706,66	87.400,22
Outros passivos correntes	14j)	387.835,73	345.931,01
	Subtotal	717.577,48	618.864,65
Total do passivo		826.505,96	676.031,28
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.569.486,42	2.613.523,16

Povoa de Varzim, 6 de março 2023

Contabilista Certificado

A DIREÇÃO

A Beneficente - Póvoa de Varzim

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	9	662.481,11	610.848,22
Subsídios, doações e legados à exploração		1.632.343,77	1.589.984,66
ISS,IP - Centros Distritais	11	1.470.645,97	1.398.239,87
Outros	11	161.697,80	191.744,79
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(224.291,66)	(177.183,20)
Fornecimentos e serviços externos	14 K)	(238.485,88)	(215.497,12)
Gastos com o pessoal	12	(2.103.787,04)	(2.017.798,16)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	10	(28.761,89)	0,00
Outros rendimentos	14 l)	315.025,23	293.101,97
Outros gastos	14 m)	(69.063,64)	(36.004,49)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(54.540,00)	47.451,88
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(103.111,32)	(99.300,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(157.651,32)	(51.848,28)
Juros e gastos similares suportados	14 n)	(2.314,14)	(302,09)
Resultados antes de impostos		(159.965,46)	(52.150,37)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(159.965,46)	(52.150,37)

Póvoa de Varzim, 6 de março 2023

Contabilista Certificado

A DIREÇÃO




A Beneficente - Póvoa de Varzim

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		665.577,64	600.195,80
Pagamento a fornecedores		(367.959,79)	(307.320,24)
Pagamentos ao pessoal		(2.004.892,10)	(1.898.190,07)
Caixa gerada pelas operações		(1.707.274,25)	(1.605.314,51)
Outros recebimento/pagamentos relativos actividade operacional		1.721.696,90	1.604.835,06
Outros pagamentos relativos actividade operacional			
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		14.422,65	(479,45)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(41.404,88)	(132.283,54)
<i>Juros e rendimentos similares</i>		325,05	191,80
<i>Dividendos</i>			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(41.079,83)	(132.091,74)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	7	6.166,63	107.402,81
<i>Financiamentos obtidos</i>	7	(2.402,81)	-
<i>Juros e gastos similares</i>	13 n)	(6.210,96)	(5.125,58)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(2.447,14)	102.277,23
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(29.104,32)	(30.293,96)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		215.163,18	245.457,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13 f)	186.058,86	215.163,18

Povoa de Varzim, 6 de março 2023

Contabilista Certificado

A DIREÇÃO




Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

A Beneficente - Póvoa de Varzim

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	24 592,49	-	-	459 186,20	-	-	1 334 669,98	205 739,54	2 024 188,21	-	2 024 188,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					205 739,54			(34 545,96)	(205 739,54)	(34 545,96)		(34 545,96)
	2	-	-	-	205 739,54	-	-	(34 545,96)	(205 739,54)	(34 545,96)	-	(34 545,96)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							(52 150,37)	(52 150,37)			(52 150,37)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3							(257 889,91)	(86 696,33)			(86 696,33)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6=1+2+3+5	24 592,49	-	-	664 925,74	-	-	1 300 124,02	(52 150,37)	1 937 491,88	-	1 937 491,88

Póvoa de Varzim, 6 de março 2023

A DIREÇÃO

A Beneficente - Póvoa de Varzim

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	24 592,49	-	-	664 925,74	-	-	1 300 124,02	(52 150,37)	1 937 491,88	-	1 937 491,88
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(52 150,37)			(34 545,96)	52 150,37	(34 545,96)		(34 545,96)
	7	-	-	-	(52 150,37)	-	-	(34 545,96)	52 150,37	(34 545,96)	-	(34 545,96)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							(159 965,46)	(159 965,46)			(159 965,46)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8							(107 815,09)	(194 511,42)			(194 511,42)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022	6+7+8+10	24 592,49	-	-	612 775,37	-	-	1 265 578,06	(159 965,46)	1 742 980,46	-	1 742 980,46

Póvoa de Varzim, 6 de março 2023

"A BENEFICENTE" - Póvoa de Varzim

CONTA DE EXPLORAÇÃO resumida (ANO 2022 e 2021)

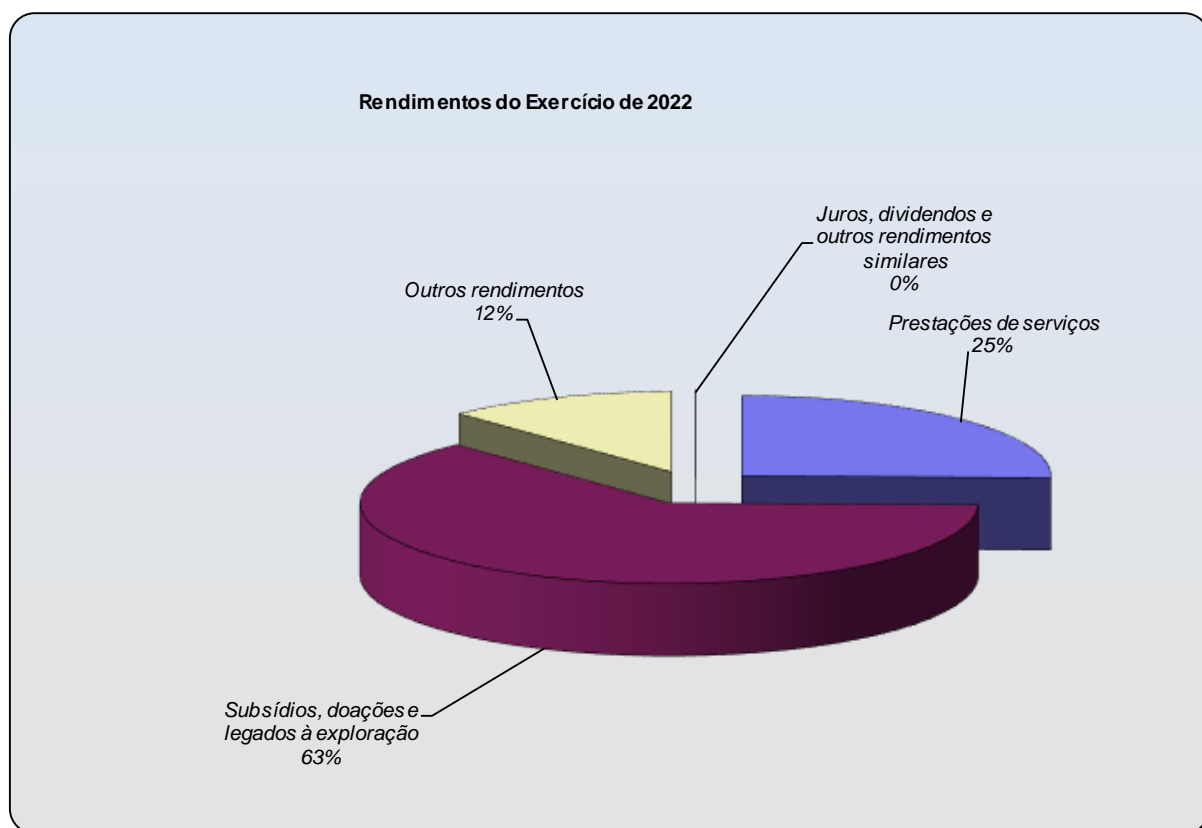
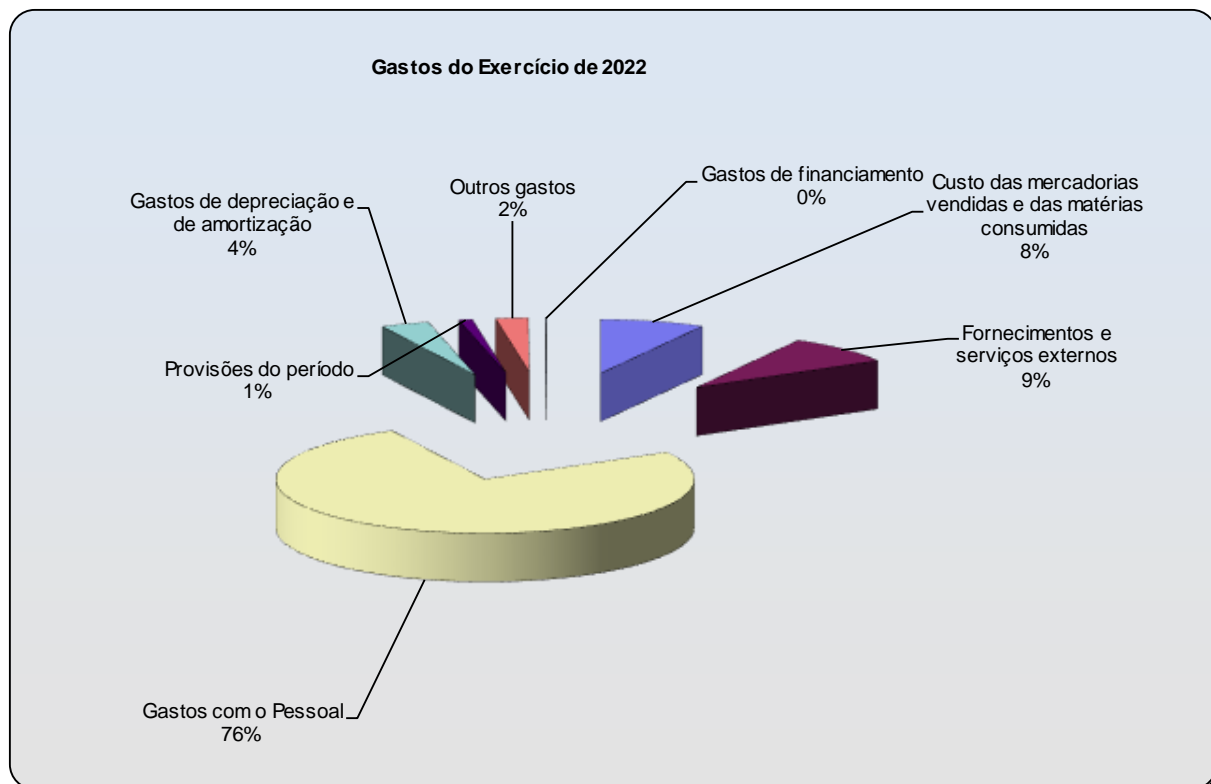
COD.	GASTOS E PERDAS			
	DESCRIÇÃO	VALORES		
		2022	2021	
61	Custo das Merc. Vend. e Mat. Cons.:	224 291,66 €	177 183,20 €	
62	Fornecimentos e Serviços Externos:	238 485,88 €	215 497,12 €	
63	Gastos com Pessoal:	2 103 787,04 €	2 017 798,16 €	
64	Gastos de Depreciação e Amortizações	103 111,32 €	99 300,16 €	
67	Provisões do Período	28 761,89 €	0,00 €	
68	Outros Gastos e Perdas	69 063,64 €	36 004,49 €	
	(A)	2 767 501,43 €	2 545 783,13 €	
69	Gastos e Perdas de Financiamento			
	(C)	2 314,14 €	302,09 €	
	(E)	2 769 815,57 €	2 546 085,22 €	
	Resultado Líquido do Período	-159 965,46 €	-52 150,37 €	
		2 609 850,11 €	2 493 934,85 €	
RENDIMENTOS E GANHOS				
	DESCRIÇÃO	VALORES		
		2022	2021	
72	Prestações de Serviços:	662 481,11 €	610 848,22 €	
75	Subsídios, Doações e Legados à Exploração	1 632 343,77 €	1 589 984,66 €	
78	Outros Rendimentos e Ganhos	314 799,15 €	292 770,21 €	
	(B)	2 609 624,03 €	2 493 603,09 €	
79	Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares			
	(D)	226,08 €	331,76 €	
	(F)	2 609 850,11 €	2 493 934,85 €	
	Resultados Operacionais: (B) - (A)	-157 877,40 €	-52 180,04 €	
	Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-2 088,06 €	29,67 €	
	Resultados Correntes: (F) - (C)	-159 965,46 €	-52 150,37 €	
	Resultado Líquido do Período: (F-E)	-159 965,46 €	-52 150,37 €	

Aprovado a 6 de março de 2023 (VALORES EM EUROS)

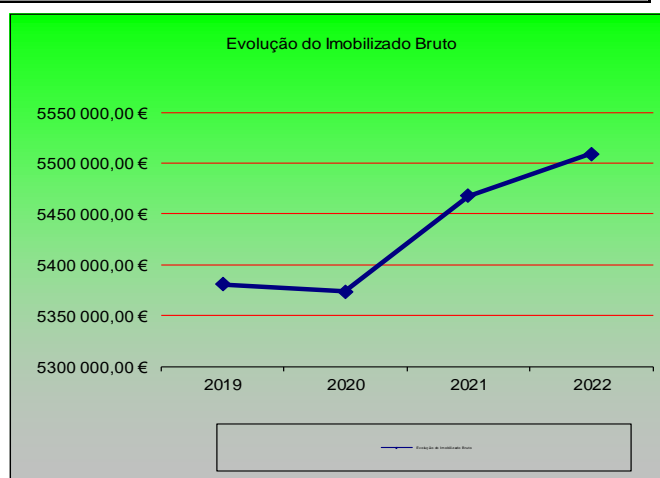
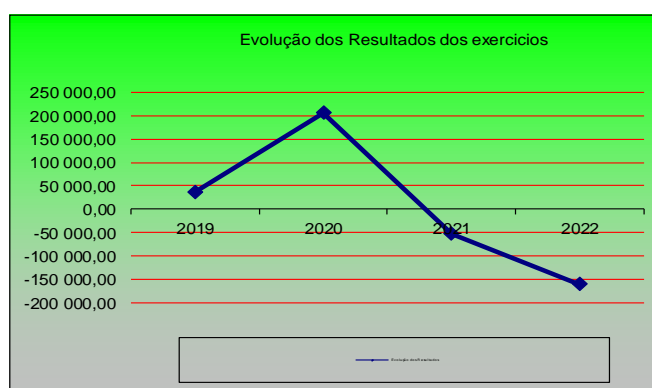
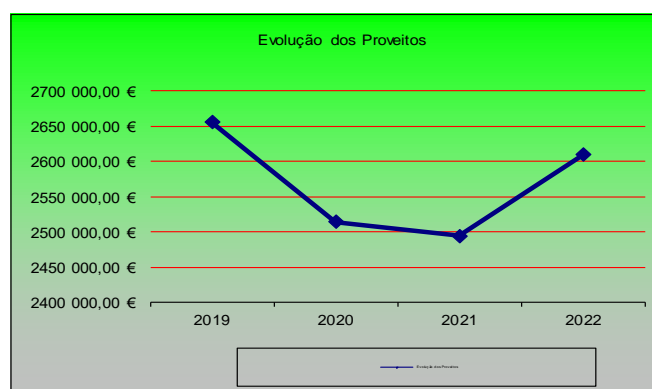
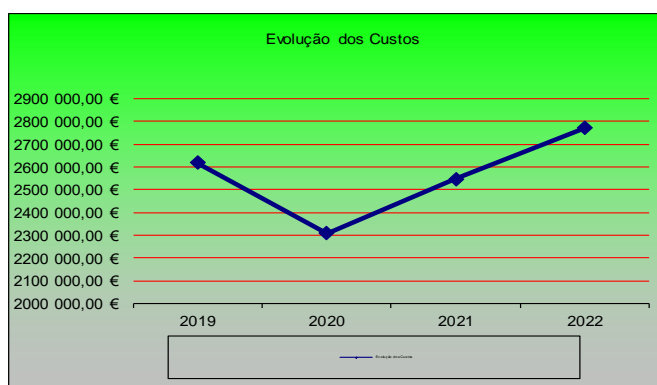
A DIREÇÃO



Gráficos de Gastos e Rendimentos do Exercício



Evolução dos Gastos, Rendimentos, Resultados e Imobilizado Bruto



A BENEFICENTE - Povia de Varzim

Anexo

Ao Balanço e à Demonstração dos Resultados do ano 2023

Índice

1	Identificação da Entidade	42
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	42
3	Principais Políticas Contabilísticas	42
3.1	Bases de Apresentação	43
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	44
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	48
5	Ativos Fixos Tangíveis	48
6	Outros Ativos Intangíveis	49
7	Custos de Empréstimos Obtidos	49
8	Inventários	50
9	Rédito	50
10	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	50
11	Subsídios do Governo e outros apoios	51
12	Benefícios dos empregados	51
13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	52
14	Outras Informações	52
14a)	Investimentos Financeiros	52
14b)	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	52
14c)	Créditos a receber	52
14d)	Outras ativos correntes	53
14e)	Diferimentos	53
14f)	Caixa e Depósitos Bancários	53
14g)	Fundos Patrimoniais	54
14h)	Fornecedores	54
14i)	Estado e Outros Entes Públicos	54
14j)	Outros Passivos correntes	54
14k)	Fornecimentos e serviços externos	55
14l)	Outros rendimentos	55
14m)	Outros gastos	56
14n)	Resultados Financeiros	57
14o)	Número médio de utentes por valência	58
14p)	Número de pessoas ao serviço na instituição	58
14q)	Acontecimentos após data de Balanço	61

ANEXO

Ao Balanço e à Demonstração dos Resultados do ano 2022

1 - Identificação

A Beneficente - Póvoa de Varzim é uma entidade sem fins lucrativos constituída sob a forma de IPSS, cujos estatutos foram aprovados no Diário da república nº159 de 12/07/2002, série III, e alterados em conformidade com o preceituado no Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 76/2015, de 28 de Julho, aprovada a alteração em 23/8/2016, com sede na Rua Fernando Barbosa,89 4490-635 Póvoa de Varzim. Tem como atividade e fim principal recolher e educar crianças, colaborando com as famílias na promoção e formação e prestar assistência social, nas diversas valências sendo as valências de creches, jardim-de-infância, Atividades de tempos Livres, Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Apoio aos mais carenciados “ Cantina Social” e “Balneário”, e ainda poderá alargar a sua atividade à educação, saúde e formação profissional dos cidadãos, resolução dos problemas habitacionais da população carenciada e promoção e proteção da saúde, criando, ainda, Centro de Estudos, com carater instrumental em relação à atividade educativa acima referido, e cujos eventuais resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento dos respetivos fins institucionais.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Em 2022 as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRL-ESNL) aprovado pelo DL nº 36-A/2011 de 9 de março.

No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para as Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

Alterado pelo Decreto – Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e pelas portarias nº 218/2015 de 23 de julho (código de contas) e 220/2015 de 24 de julho (demonstrações financeiras) e avisos nº8154/2015 de 29 julho (estrutura conceptual) e 8259/20 15 de 29 julho (normas contabilísticas e de relato financeiro).

A moeda utilizada nas Demonstrações Financeiras é o euro.

2.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os exercícios anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2021.

3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1 – Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Regime do acréscimo

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

Continuidade:

As demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de apresentação das Demonstrações financeiras com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do Sector não lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

Consistência

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da qualificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada, nas demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando ao princípio de continuidade da entidade, as políticas contabilísticas foram consistentes em toda a entidade e ao longo do tempo e de uma maneira consistente.

3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

Fluxos de Caixa

Os saldos de caixa significativos e seus equivalentes devem ser comentados. Os valores das rubricas de caixa e de depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão. Assim esta rubrica está desagregada na nota 14 f), para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso ou seus equivalentes, serão indicados de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados pelo custo de aquisição constante da respetiva fatura, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e,

se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos atribuídos a título gratuito, encontram-se mensurados ao seu justo valor ou valor indicado pelo doador.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registados como gastos no período em que são incorridos, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimada para cada grupo de bens, tendo por base as taxas máximas de depreciação previstas no decreto regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada(anos)	TAXAS
Terrenos e recursos naturais	-	
Edifícios e outras construções	50	2%
Equipamento básico	6	7,14%
outras construções	6	10,00%
Equipamento básico	8	12,50%
Equipamento básico	8	16,66%
Equipamento de transporte	5	20%
Equipamento de transporte	16	6,25%
Ferramentas e utensílios	4	25%
Equipamento administrativo	6	16,66%
Equipamento administrativo	5	20,00%
Equipamento administrativo	3	33,33%
Equipamento administrativo	1	100,00%
Outros Ativos fixos tangíveis	0	

As despesas de conservação e reparação, que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gastos do exercício que ocorrem.

As mais ou menos valias, provenientes da venda de ativos fixos tangíveis, são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Propriedades de Investimento

Edifícios que foram doados à Instituição e que não se encontram na atividade da instituição. E pela alteração das políticas contabilísticas no ano 2016 passou para a rubrica de ativo fixo tangível.

Ativos intangíveis

Os “Ativos intangíveis” (programas de computadores), encontram-se registados pelo custo de aquisição constante da respetiva fatura, deduzidos das depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimada tendo por base as taxas máximas de depreciação previstas no decreto regulamentar n.º 25/2009 de 14 de setembro.

Descrição	Vida útil estimada (anos)	taxas
Projectos de Desenvolvimento		
Programas de Computador	3	33,33%
Propriedade Industrial		
...		
Outros Ativos intangíveis		

Investimentos financeiros

A Lei 70/2013 de 30 agosto criou dois fundos de compensação do trabalho –FCT (Fundo de Compensação do Trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessão de contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço da entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

Inventários

Os “Inventários” foram valorizados de acordo com o método de custeio, o custo médio ponderado de aquisição. Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Quotas de associados que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido, passam a ser exigidas pela entidade pelo que estão registados no ativo, pela quantia realizável.

Créditos a Receber e Outros ativos correntes

Os “Créditos a receber “de utentes e outros ativos correntes, encontra-se registado pelo valor nominal dado que não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “caixa e depósitos bancários”, inclui caixa e depósitos bancários de curto Prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e” Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os Fundos Patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim a Entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente, resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. *O valor presente, da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação, é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecas à obrigação.*

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*empréstimos Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos (descoberto e crédito Bancário e aluguer Financeiro). Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

As locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Se os ativos forem por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido nas Políticas Contabilísticas. E os juros decorrentes são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Caso não se tenha a certeza que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Estado e Outros Entes Públicos

Dado a Beneficente ser uma IPSS (*Instituição particular de solidariedade social*) está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 - Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada em 2022 e 2021, mostram as adições, os abates e alienações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 31-dez-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	348.959,05	-	-	-	-	348.959,05
Edifícios e outras construções	3.552.168,74	-	-	-	-	3.552.168,74
Equipamento básico	486.762,71	279,99	-	-	-	487.042,70
Equipamento de transporte	244.744,01	33.825,00	-	-	-	278.569,01
Equipamento administrativo	437.815,74	62.305,65	(38.004,60)	-	-	462.116,79
Outros Ativos fixos tangíveis	302.989,12	4.428,00	-	-	-	307.417,12
sub total Total	5.373.439,37	100.838,64	(38.004,60)	-	-	5.436.273,41
Activos tangíveis em curso	-	31.444,90	-	-	-	31.444,90
Total	5.373.439,37	132.283,54	(38.004,60)	-	-	5.467.718,31
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.728.321,32	57.614,64	-	-	-	1.785.935,96
Equipamento básico	457.490,73	4.219,70	-	-	-	461.710,43
Equipamento de transporte	240.772,48	12.423,81	-	-	-	253.196,29
Equipamento administrativo	427.164,43	21.747,89	(38.004,60)	-	-	410.907,72
Outros Ativos fixos tangíveis	298.786,00	1.485,90	-	-	-	300.271,90
Total	3.152.534,96	97.491,94	(38.004,60)	-	-	3.212.022,30
Activos fixos tangíveis						2.255.696,01
Activos fixos tangíveis sem ativos em curso						2.224.251,11
Total Depreciações						97.491,94 €

31 de Dezembro de 2022

	Saldo em 31-dez-2021	Aquisições / Dotações	Abates/reg.	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais	348.959,05					348.959,05
Edifícios e outras construções	3.552.168,74	67.463,70				3.619.632,44
Equipamento básico	487.042,70	4.674,00		-	-	491.716,70
Equipamento de transporte	278.569,01			-	-	278.569,01
Equipamento administrativo	462.116,79	601,75	-	-	-	462.718,54
Outros Ativos fixos tangíveis	307.417,12	405,60		-	-	307.822,72
sub total Total	5.436.273,41	73.145,05	-	-	-	5.509.418,46
Activos tangíveis em curso	31.444,90	-		(31.444,90)	-	-
Total	5.467.718,31	73.145,05	-	(31.444,90)	-	5.509.418,46
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	1.785.935,96	64.361,01	-	-	-	1.850.296,97
Equipamento básico	461.710,43	4.804,05		-	-	466.514,48
Equipamento de transporte	253.196,29	8.456,28		-	-	261.652,57
Equipamento administrativo	410.907,72	22.092,54		-	-	433.000,26
Outros Ativos fixos tangíveis	300.271,90	1.888,56		-	-	302.160,46
Total	3.212.022,30	101.602,44	-	-	-	3.313.624,74
Activos fixos tangíveis						2.195.793,72
Activos fixos tangíveis sem ativos em curso						2.195.793,72
Total Depreciações						101.602,44 €

Em 2021, foi renovado todo o equipamento informático, aquisição de uma viatura com plataforma para cadeira de rodas, e equipamento de distanciamento físico, necessário para a pandemia derivado pelo COVID 19. E foi abatido equipamento informático. Em ativos tangíveis em curso, o valor indicado é referente à da manutenção e conservação do imóvel na sede da Instituição. Em 2022, foi adquirido, 1 fritadeira basculante industrial, para a

cozinha das respostas da área social, aquisição de Cadeiras de apoio ao Centro de dia, equipamento para a área administrativa (estantes e cadeiras) e foi concluído a manutenção do edifício sede, tendo sido colocado capoto e efetuada pintura do edifício, e tendo sido desreconhecido o valor de 2021 em ativos tangíveis em curso

6 - Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no ano de 2022 e 2021, apresentam as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Programas de Computador	4.759,49	3.840,68	(1.643,90)	-	-	6.956,27
Total	4.759,49	3.840,68	(1.643,90)	-	-	6.956,27
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	4.002,53	1.808,22	(1.643,90)	-	-	4.166,85
Total	4.002,53	1.808,22	(1.643,90)	-	-	4.166,85
Activos fixos intangíveis						2.789,42

Total Amortizações 1.808,22 €

31 de Dezembro de 2022

	Saldo em 31-dez-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Programas de Computador	6.956,27	0,00	-	-	-	6.956,27
Total	6.956,27	-	-	-	-	6.956,27
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	4.166,85	1.508,88	-	-	-	5.675,73
Total	4.166,85	1.508,88	-	-	-	5.675,73
Activos fixos intangíveis						1.280,54

Total Amortizações 1.508,88 €

Em 2021, foi renovado o program de antivirus, e adquirido o programa Esocial para a area de Infância, para se fazer comunicação com os pais das crianças.

Em 2022, não foi feito qualquer investimento a este nível.

7 – Custos de empréstimos obtidos:

Os encargos financeiros relacionados com o descoberto bancário são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos no ano 2022 e 2021:

Financiamentos obtidos						
Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	26 000,04	80 166,59	106 166,63	12 833,37	57 166,63	70 000,00
Contas caucionadas	5 000,00	-	5 000,00	35 000,00	-	35 000,00
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	2 402,81	-	2 402,81
Total	31 000,04	80 166,59	111 166,63	50 236,18	57 166,63	107 402,81

Pelo mapa de “financiamento obtidos”, pode-se verificar que valor líquido de financiamento obtido no final do ano é de 3 763,82 €, e o valor mencionado em contas caucionadas é para apoio à tesouraria. Neste exercício a Instituição não tem descoberto bancário, enquanto que em 2021 a Instituição teve descoberto bancário no valor de 2.402,81€.

Empréstimos Bancários						
Descrição	2022			2021		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	26 000,04	2 092,68	28 092,72	12 833,37	302,09	13 135,46
De um a cinco anos	80 166,59	-	80 166,59	57 166,63	-	57 166,63
Total	106 166,63	2 092,68	108 259,31	70 000,00	302,09	70 302,09

O valor constante da rubrica “Emprestimo Bancario” é referente a uma medida no âmbito da linha de apoio ao setor social Covid 19 , em que foi concedido mediante contrato de prestação de garantia autonoma e pelo prazo de 60 meses.

8 – Inventários

A rubrica “ Inventários”, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresenta os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 31-dez-2020	2021			2022		
		Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022
Mercadorias	1.356,89	2.891,38	-	1.023,44	4.113,91	-	1.312,20
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	12.663,37	92.763,87	84.678,54	16.147,41	117.058,41	99.152,57	11.891,88
Total	14.020,26	95.655,25	84.678,54	17.170,85	121.172,32	99.152,57	13.204,08

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	177.183,20	224.291,66
--	------------	------------

A conta 38”reclassificação e regularização de inventários”, nesta instituição é uma conta onde se contabiliza os donativos em espécie, e pelo inventário permanente é transferido para inventário e deste conforme as necessidades para consumo, quebras ou donativos.

9 – Réditos

Na rubrica de “Réditos”, foram reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os seguintes valores:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços	662 481,11	610 848,22
Total	662 481,11	610 848,22

A rubrica “Prestação de Serviços”, respeita aos serviços prestados da atividade da Instituição, estando registado o valor das mensalidades de utentes, das respostas sociais da area de Infancia (Creches. Pre-Escolar e ATL e Idosos (Centro de Dia e SAD).

10 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2022 e 2021, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2021	Aumentos	Diminuições	2022
Processos judiciais em curso	-	28.761,89	-	28.761,89
Total	-	28.761,89	-	28.761,89

Em 2022 na rubrica da provisão “Processos judiciais em curso”, está a decorrer o processo com o nº 589/22.3T8MTS termos pelo Juiz 2, do tribunal de trabalho de Matosinhos, interposta por, Filipa Manuel Lopes Maravalhas, com recurso pendente no Tribunal da Relação do Porto.

11 - Subsídios do Governo e outros apoios

Nas rubricas de “Subsídios” A 31 de dezembro, de 2022 e 2021 a entidade tinha os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo	1 470 645,97	1 398 239,87
Designação do Subsídio Acordo	1 275 263,25	1 215 721,60
Designação do Subsídio Protocolo RSI	113 171,14	104 965,42
Designação do Subsídio PO APMC	39 622,73	16 509,60
Designação do Subsídio Apoio Covid	0,00	47 189,71
Designação do Subsídio Apoio Gratuitidade creche	42 588,85	13 853,54
Total	1 470 645,97	1 398 239,87
Descrição	2022	2021
Subsídios de outras entidades	161 697,80	191 744,79
Total	161 697,80	191 744,79
Total de Subsídios e apoios	1 632 343,77	1 589 984,66

Na rubrica “subsídios de outras entidades”, o valor mencionado refere-se ao apoio atribuído pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim para o serviço designado “Cantina Social”, no valor de 90 000,00€, para o ano 2021 e 2022. Também está mencionado o apoio através de protocolo com a Junta de Freguesia para o serviço de apoio domiciliário, no valor de 10 800,00€, para o ano 2021 e 2022. No âmbito da zona de jogo através do Turismo de Portugal também está mencionado o valor de 23 240,69€, para 2021 e para o ano 2022 o valor é de 23 625,35€. No âmbito de programas de apoio ao emprego através de medidas do IEFP, o valor é de 63 774,85€ em 2021 e de 30 328,45€ para o ano de 2022. No valor do IEFP em 2021 está incluído o apoio, ao abrigo da portaria nº 170-A/2020, de 13 de julho do incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial pelo facto de ter estado em lay-off simplificado pela suspensão dos contratos de trabalho, devido à crise empresarial provocada pelo COVID, no valor de 46 550,00€. Em 2022 a Instituição esteve em lay-off simplificado no início do ano, mas não teve este apoio, devido a erros na comunicação do lay-off simplificado à Segurança Social, e após reclamação esta, não foi aceite.

12 - Benefícios dos empregados:

O número de membros dos órgãos diretivos, no período, foram 11 elementos sendo respetivamente 3 membros na Assembleia Geral, 5 membros na Direção e 3 membros no Conselho Fiscal.

Os órgãos diretivos da entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Número **médio** de pessoas ao serviço da instituição, em 31/12/2021 foi de 127 e em 31/12/2022 foi de 125 funcionários, os quais estão repartidos por várias áreas, valências e funções, está identificado no ponto 14p).

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários nos períodos 2022 e 2021, foi os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao Pessoal	1 711 314,84	1 644 782,78
Encargos sobre as Remunerações	359 638,38	326 629,22
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	27 340,31	25 251,25
Outros Gastos com o Pessoal	5 493,51	21 134,91
Total	2 103 787,04	2 017 798,16

O valor mencionado da rubrica, “outros gastos com o pessoal”, é referente a gastos com indemnizações por despedimento, em medicina do trabalho, em vestuário e formação profissional dos colaboradores.

Existe um aumento nas remunerações devido ao aumento do salário mínimo e de níveis de categorias, o que implicou o aumento dos encargos com a Segurança Social e com o seguro de acidentes de trabalho.

13 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade, não apresenta dívidas ao estado em situações de mora, nos termos do decreto-lei 534/80 de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210 do código contributivo pela lei nº 110/2009, de 1 de setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

“A Beneficente” no exercício de 2022, teve encargos faturados de Honorários, pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) o valor de 3 690,00€, em cada um dos períodos.

“A Beneficente” no exercício de 2022 não teve garantias prestadas a favor de terceiros e também não existe hipotecas a favor de terceiros.

14 - Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

a) Investimentos Financeiros

A Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	2022	2021
Outros Investimentos Financeiros	4 540,45	3 346,68
Total	4 540,45	3 346,68

Valor mencionado em “outros investimentos financeiros” é referente ao Fundo de compensação (FCT), que a Instituição constituiu para compensar na sequência de cessação do contrato de trabalho, para os casos dos empregados abrangidos por este novo regime da Lei 70/2013 de 30 agosto.

b) Fundadores / beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A rubrica de “Associados”, apresentava a 31 de dezembro de 2022 e 2021, os seguintes valores:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Quotas	1 136,40	1 846,20
Total	1 136,40	1 846,20
Passivo		
Quotas (adiantamentos)	50,00	42,00
Total	50,00	42,00

O valor de quotas no Ativo, é referente ao valor em dívida de sócios.

c) Créditos a Receber

O número de utentes está identificado no ponto 14 o)

A Rúbrica “Utentes”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontra-se desagregada da seguinte forma.

Descrição	2022	2021
Cientes e Utentes c/c	12 814,55	19 229,15
Utentes	12 814,55	19 229,15
Total	12 814,55	19 229,15

Refere-se a valor de mensalidades de utentes que a instituição tem a receber.

d) Outros ativos correntes

A rubrica "Outro ativo corrente" tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	143,06	242,23
Adiantamentos a Fornecedores	8 336,19	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	68,90	167,87
Outros Devedores (POAPMC, Acordos, Rsi)	64 932,22	50 266,49
outros Devedores (iefp)	10 039,94	28 996,87
outros devedores (o. Entidades)	40 590,00	717,08
Total	124 110,31	80 390,54

Nesta rubrica o montante de outros devedores (POAPMC, Acordos, Rsi), é referente ao valor que a Instituição tem a receber, do programa POAPMC,

O valor mencionado em outros devedores (iefp), refere-se o valor que falta receber das medidas de apoio à contratação.

O valor mencionado na rubrica, outros devedores (o. Entidades), é referente a um bônus da Petrogal, em que a Instituição se candidatou.

e) Deferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" engloba os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
SEGUROS	10 259,44	9 904,80
Outras Despesas com Custo Diferido	18 029,15	5 436,32
Mensalidades	1 068,58	1 232,80
Total	29 357,17	16 573,92
Rendimentos a reconhecer		
Mensalidades	40 658,02	40 915,68
OUTRAS ENTIDADES	55 660,31	15 876,55
Outros rendimentos diferidos	54 388,33	30 607,99
Total	150 706,66	87 400,22

Nos rendimentos a reconhecer na rubrica "Outras Entidades", o valor inscrito refere-se ao valor que foi aprovado no programa PO APMC, para o período de dez 2020 a jan. 2023. E no exercício de 2022 para além do valor do programa a Instituição recebeu um adiantamento da Segurança Social relativo aos acordos de cooperação, e que, vai ser reconhecido no período seguinte. Na rubrica de "mensalidades", o valor inscrito refere-se ao valor a reconhecer em julho do ano seguinte, pelo pagamento antecipado desse mês, como garantia da inscrição da área de infância.

O valor constante da rubrica "outros rendimentos diferidos", é referente a valores a reconhecer do IEFPP, referente a programas de estágios e CEI, e ao bônus da Petrogal atribuído à Instituição.

f) Caixa e Depósitos Bancários

A Rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontra-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	466,95	1 806,03
Depósitos à ordem	25 591,91	3 357,15
Depositos a Prazo	160 000,00	210 000,00
Total	186 058,86	215 163,18

g) Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Descrição	Saldo em 31-dez-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	24 592,49	-	-	24 592,49
Resultados transitados	664 925,74		(52 150,37)	612 775,37
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 300 124,02	-	(34 545,96)	1 265 578,06
Subsídios	462 342,25		(34 545,96)	427 796,29
Doações	837 781,77			837 781,77
Total	1 989 642,25	-	(86 696,33)	1 902 945,92

A diminuição da rubrica de “Resultados Transitados” no montante de 52 150,37€, é referente à transferência de resultados líquidos do exercício anterior. Relativamente à rubrica de “Outras variações nos fundos patrimoniais” é referente ao reconhecimento anual dos subsídios recebidos ao investimento e transferidos anualmente para outros rendimentos, no montante de 34 545,96€.

h) Fornecedores

O Saldo da rubrica “fornecedores” em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é discriminada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	55 580,51	51 910,86
Total	55 580,51	51 910,86

i) Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de “Estados e outros Entes Públicos” em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
IVA - Reembolsos pedidos	1 190,34	1 317,21
Total	1 190,34	1 317,21
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	19 626,00	16 781,00
Contribuições para a Segurança Social	72 674,67	66 459,06
Outras tributações	103,87	104,32
Total	92 404,54	83 344,38

j) Outros passivos correntes

A rubrica “outros passivos correntes”, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	Corrente	Corrente
Credores por aumentos de gastos	307 203,12	302 638,47
Remunerações a liquidar (ferias e subs.ferias)	307 203,12	302 638,47
Credores por aumentos de gastos (agua, pt, seg,etc)	9 709,46	8 323,27
Adiantamentos Creditos a receber(Utentes)	21 979,52	22 234,88
Outros credores (prest. Serv.)	-	195,00
Outros credores (Entidades)	48 943,63	12 539,39
Total	387 835,73	345 931,01

Na rubrica “Remunerações a liquidar” (Férias e Sub. Férias), verifica-se um aumento de 2021 para 2022, devido ao aumento do salário mínimo e de alguns níveis de remunerações.

Na rubrica “Credores por acréscimos de gasto” está registado o montante de gastos atribuídos ao período em curso, mas cujo vencimento efetivo ou pagamento ocorram em períodos subsequentes como é o caso de seguros, água, comunicações etc.

Nesta conta de “Adiantamentos Créditos a receber “(Utentes), no ano 2022 está contabilizado o valor de cauções de utentes do SAD, no montante de 14 448,00€ e o restante valor refere-se a adiantamento de mensalidades de utentes, essencialmente da área de infância.

Na rubrica “Outros credores” (Entidades), consta de um valor a devolver à Segurança Social, referente a um pedido de devolução do valor do horário suplementar da CSA do ano letivo 2017/2018 no valor de 5 617,00€ e referente a coima estabelecida pela Segurança Social, por exceder a lotação da capacidade na CPQ e no ATLPq desse mesmo ano 2017/2018 no valor de 5 025,00€, a qual foi contestada pela Instituição à Segurança Social. Também está referenciado no ano de 2022 o valor de uma coima notificada pela Segurança Social referente a uma inspeção à Instituição, e que detetou existir excedente de lotação da capacidade, em uma criança numa das creches, e da mesma inspeção também a Instituição foi notificada que as diretoras técnicas /pedagógicas de creche e pré escolar não pode ser as mesmas, o que aplicaram uma coima por estes motivos no montante de 12 600,00€. Mediante o exposto a Instituição contestou os factos e até ao momento a Segurança Social ainda não se pronunciou relativo à reclamação efetuada. Nesta rubrica também está contabilizado o valor a pagar a uma funcionária do RSI devido a indemnização de processo judicial no montante de 18 750,00€. O restante valor desta rubrica refere-se a valores a regularizar a entidades no início de 2023.

k) Fornecimento e serviços externos

A Repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são os seguintes:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	62 587,03	69 538,06
Materiais	16 225,98	8 336,46
Energia e fluidos	123 667,67	100 769,61
Deslocações, estadas e transportes	20,70	10,20
Serviços diversos (*)	35 486,37	36 572,97
seguros	12 036,86	11 487,39
Comunicação	13 162,96	12 758,72
Prod ,Hig. Conforto	4 409,96	4 255,62
Rendas e alugueres	5 306,59	5 790,63
Outros	570,00	2 280,61
Encargos saude utentes	498,13	269,82
Total	238 485,88	215 497,12

Na rubrica de “serviços especializados”, de 2021 para 2022 verifica-se uma ligeira diminuição, essencialmente devido à contratação de serviços de apoio em reparações de equipamentos e edifícios, tendo os restantes serviços um ligeiro aumento.

Na rubrica de “Materiais”, no exercício de 2022, aumentou o dobro face a 2021, devido termos as atividades extracurriculares a funcionar em pleno, e também devido à área de infância estarem a realizar as atividades pós Covid.

Na rubrica de “energia e fluídos”, o aumento deve-se, ao facto do aumento unitário destes produtos.

l) Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” em 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	196 695,81	182 169,84
Descontos de pronto pagamento obtidos	20,00	13,25
Rendimentos em investimentos não financeiros	3 240,00	6 369,97
Outros rendimentos	115 069,42	104 548,91
de várias entidades	30,16	1 569,94
da segurança social	43 732,08	20 814,64
do POAPMC	8 749,81	12 877,81
Imputação de subsídios para investimentos	34 545,96	34 545,96
Benefícios de Penalidades Contratuais	1 445,90	932,40
Restituição de impostos	2 953,13	2 190,03
Donativos	18 520,19	20 309,68
Outros	4 592,19	11 308,45
Total	315 025,23	293 101,97

O valor mencionado na rubrica de “Rendimentos Suplementares”, refere-se a donativos em espécie e ao valor atribuído pela Instituição no subsídio de refeição aos colaboradores, pelo motivo de ser realizado a confeção na Instituição.

Na rubrica de “rendimentos em investimentos não financeiros”, é referente ao aluguer da casa na Rua 1º Maio.

Na rubrica “Outros rendimentos”, o valor escriturado é referente a regularizações de exercícios anteriores. Na rubrica “Outros rendimentos da Segurança Social” inclui o valor referente à compensação financeira do diferencial remuneratório 2019/2020 e 2021/2022, da educação pré-escolar. Na rubrica com o designado POAPMC, o valor é referente ao apoio complementar na execução do programa, de anos anteriores.

Na designação, “restituição de impostos”, é referente à recuperação do valor de IVA em alimentação conforme foi aprovado no orçamento de estado, que as IPSS que podiam recuperar o IVA na Alimentação em 50%.

E o valor mencionado em “Outros” refere-se ao valor angariado por iniciativas e valores atribuídos pelo tribunal.

m) Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” em 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos (IMI e Taxas)	2 320,97	1 269,90
Dívidas incobráveis	1 304,54	1 847,01
Perdas em inventários	5 862,13	10 764,51
Outros Gastos	59 576,00	22 123,07
Correcções relativas a períodos anteriores	30 869,81	8 015,53
Quotizações	534,00	534,00
Multas e Penalidades	12 600,05	0,02
DONATIVOS EM DINHEIRO	89,00	89,00
DONATIVOS EM ESPECIE	15 483,14	13 484,52
Total	69 063,64	36 004,49

Na rubrica “impostos”, está escriturado o valor do IMI, de terrenos da Instituição não afetos à atividade, sendo o terreno da Mariadeira, e ao valor referente a taxas de custas judiciais, de inspeção a elevadores e de taxas com as medidas de autoproteção contra e incêndio.

O valor mencionado na rubrica “dívidas incobráveis”, refere-se a utentes e sócios que deixaram de pagar, e por várias tentativas de cobrança e sem sucesso, levou-se a incobráveis.

O valor escriturado em “perdas em inventário”, é referente aos bens que a Instituição recebeu (doados) de alimentação e que não estão em condições de consumo.

Na rubrica de “Outros Gastos “o valor mencionado em Correções Relativas a Período Anteriores no valor de 8 015,53, em 2021 refere-se a valores de acertos de acordos com a Segurança Social relativos ao ano anterior. Em 2022 registou-se o valor que a Segurança Social detetou de diferenças relativas ao ano anterior de contribuições devido ao Layoff e ao apoio à família, e também do valor que a Instituição ficou condenada relativo à indemnização do processo, de uma colaboradora do RSI.

O valor referenciado como “multas e penalidades” no exercício de 2022, refere-se ao facto de a Instituição na inspeção realizada pela Segurança Social ter sido notificada para pagamento de uma multa referente a exceder a capacidade da sala de uma Creche e não aceitarem a mesma técnica como diretora técnica e pedagógica. (conforme referenciado na nota 14j)

O restante valor Inscrito em “Outros Gastos”, é referente a quotas pagas ao banco alimentar e UDIPSS, e ao valor de donativos em espécie atribuídos a pessoas carenciadas.

n) Resultados Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	(2 092,68)	(302,09)
Outros gastos e perdas de financiamento	(221,46)	-
Total	(2 314,14)	(302,09)

O valor constante da rubrica “juros suportados”, é referente a juros da conta caucionada e de empréstimos obtidos

Descriminação de gastos financeiros

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	(983,21)	(148,74)
Juros suportados serviços bancários	(1 109,47)	(153,35)
Serviços Bancários	(3 896,82)	(4 823,49)
Outros gastos e perdas de financiamento	(221,46)	-
Total	(6 210,96)	(5 125,58)

Na rubrica “serviços bancários”, é referente a despesas bancárias, como por exemplo comissões e outras despesas bancárias, que esta refletida na rubrica serviços especializados do mapa 14k).

o) Número médio de utentes por valência

Valências	Número médio utentes 2018	Número médio utentes 2019	Número médio utentes 2020	Número médio utentes 2021	Número médio utentes 2022
Refeitório/Cantina Social (Sopa dos	63	54	71	77	84
Centro de Dia	44	40	33	26	33
Apoio Domiciliário	91	95	88	83	91
Balneário	21	25	21	16	18
A .T .L. - Sede	0	0	0	0	0
A .T .L. - Pires Quesado	54	47	46	41	39
A .T .L. 2ºcl- Pires Quesado	24	29	19	8	0
Creche Nossa Sr.ª da Conceição	38	38	39	37	39
Creche Santo António	28	29	27	27	28
Creche Pires Quesado	41	39	36	38	39
Jardim Escola Pires Quesado	99	101	99	96	98
Jardim Escola St.º António	101	98	93	87	90
Total	604	595	572	536	559

O quadro mostra a variação de utentes ao longo de 5 anos.

No exercício de 2022, existe variação no nº de utentes efetivos, pois já se começou verificar um aumento do nº utentes no pós COVID.

p) Número de pessoas ao serviço na instituição

A Instituição no exercício de 2022 teve ao serviço cerca de 125 colaboradores, no seu quadro de pessoal, e no final do exercício verifica-se que o quadro de pessoal apresenta os colaboradores abaixo mencionados, os quais estão repartidos por várias áreas, valências e funções, a seguir mencionados:

Área de Infância**Edifício Monsenhor Pires Quesado*****Jardim Infância – Pré-escolar***

4 Educadoras
5 Ajudantes da ação educativa
2 Trabalhadoras auxiliares

Creche

3 Educadoras
6 Ajudantes da ação educativa
1 Trabalhadoras auxiliares

ATL 1º CL

1 Professora do 2º e 3º cl
1 Professora do 2º e 3º cl (trabalhador Independente)
2 Animadora cultural
1 Trabalhador auxiliar

Pessoal comum às várias valências no edifício Pires Quesado

- 1 Educadora com funções de Coordenação técnica e pedagógica
- 1 Cozinheira
- 3 Ajudante de cozinha (uma comum com jsa e csc/csa e outra comum a cpq, jpq, atlpq)
- 1 Trabalhadora auxiliares a desempenhar funções na cozinha
- 1 Lavadeira
- 3 Trabalhador auxiliar (2 do IEFP)

Edifício Santo António/ Edifício António Quintas/ Edifício Nossa Senhora da Conceição

Jardim Infância – Pré-escolar

- 4 Educadoras
- 5 Ajudantes da ação educativa
- 5 Trabalhadoras auxiliares (1 é do IEFP)

Creches (Senhora da Conceição e Santo António)

- 4 Educadoras
- 9 Ajudantes da ação educativa
- 5 Trabalhadoras auxiliares

Pessoal comum às valências do edifício Santo António e edifício António Quintas

- 1 Educadora com funções de coordenação técnica e pedagógicas

Área Social

Edifício Sede

Centro de Dia

- 1 Assistente social com acumulação de animadora e coordenação técnica
- 3 Ajudantes da Ação Direta
- 3 Trabalhadoras auxiliares (1 do programa mapadi)

Serviço de Apoio Domiciliário

- 1 Assistente social com acumulação de coordenação técnica da SAD, Cantina Social, SAAS e POAPMC
- 1 Assistentes sociais
- 13 Ajudantes de Ação Direta

Refeitório/Cantina Social /Balneário

- 2 Empregada auxiliar

Pessoal comum às várias valências na sede

- 1 Cozinheira
- 2 Ajudantes de cozinha
- 2 Trabalhadoras auxiliares
- 1 Trabalhadora auxiliares a desempenhar funções na cozinha e refeitório e limpeza
- 1 Encarregada de serviços gerais a desempenhar funções na lavandaria

Pessoal comum afeto a toda a Instituição

Serviços Administrativos e Financeiros

2 Contabilistas a exercerem funções na área de compras, contabilidade e financeira
1 Chefe de secção
1 Técnica de Recursos Humanos
1 Psicólogas
5 Escriturárias
1 Despenseira
1 Empregado Armazém
1 Porteiro
2 Motoristas

Nota:

A Beneficente tem duas cozinhas em funcionamento, estando assim repartidas:

A cozinha do edifício Sede serve refeições à área social e aos funcionários.

A cozinha do edifício Monsenhor Pires Quesado serve refeições à área de infância e juventude do próprio edifício, ao jardim Santo António e à creche do edifício António Quintas e creche N^a Senhora da Conceição.

Pessoal afeto ao protocolo do RSI

2 Assistente Social
1 Educadora Social
1 Psicóloga
2 Ajudantes de Ação Direta

Pessoal afeto ao protocolo do SAAS

1 Psicóloga
1 Assistente Social
1 Educadora Social

Pessoal afeto ao programa POAPMC

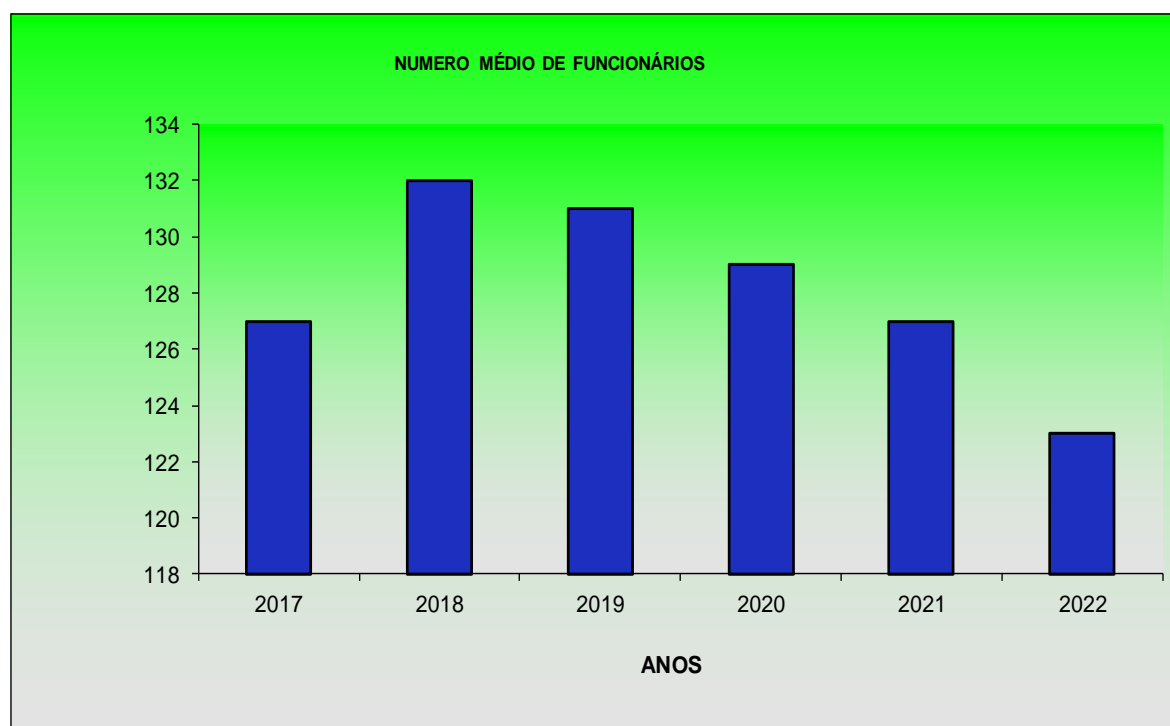
1 escriturara

No Programa POAPMC o pessoal afeto, neste programa, envolveu o pessoal do programa RSI, pessoal da SAD, do armazém da Instituição e o pessoal administrativo da Instituição.

A Instituição no exercício de 2022, já voltou ao normal funcionamento com os técnicos das atividades, extracurriculares em lecionar as aulas às crianças da Instituição, pois tinham sido suspensas a maior parte das aulas extracurriculares devido à Pandemia.

As atividades extracurriculares que a Instituição tem a lecionar são: (Dança, Música, Inglês, Natação, Ballet, Karaté, Futebol, yoga, teatro e Ginástica no Centro de Dia).

Evolução do Quadro de Pessoal



O número de funcionários no ano 2022, teve uma pequena diminuição devido a rescisão das colaboradoras que estavam contratados por medidas e substituições. Por isso o número do quadro de pessoal no geral mante-se.

Serviços contratados por exigências legais

ROC – Revisor oficial de contas, conforme DL nº 64/2013 de 13 de maio, que define os critérios de sujeição à certificação legal das contas.

Medicina do Trabalho – Este serviço é prestada, aos funcionários.

HST- Higiene e Segurança no Trabalho

14 q) Acontecimentos após data de balanço

Em 2022, a inflação aumentou, refletindo as crescentes pressões externas sobre os preços. A forte procura dos bens e serviços cujo consumo foi condicionado durante a pandemia, também contribui para a trajetória ascendente da inflação, esperando-se uma subida da inflação no final do ano.

O ano de 2022 foi mais um ano desafiante de crescimento e de consolidação dos diversos projetos e 2023 começa já com muita força e garra para superar todos os novos desafios que apareçam.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

Direção entende que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Beneficente, bem como a sua posição e desempenho financeiros e respetivos fluxos de caixa. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros.

Desde o ano de 2020, decorrente da pandemia Covid-19 presente em Portugal e a nível mundial, até ao primeiro trimestre de 2022, a Direção procurou adaptar-se e agilizar alterações na prestação de serviço aos utentes. Atividades, eventos, sessões técnicas, ações de formação, entre outros, num curto espaço de tempo, reorganizaram-se sessões e atividades com os utentes. Interessa também referir que a Beneficente tem realizado um esforço no sentido de apoiar os utentes em situações sociais e económico-financeiras

No primeiro semestre de 2023 não se prevê melhorias significativas e/ou grandes alterações nas condições de trabalho e contextos sociais e financeiros do país, pelo que continuar-se-á a desenvolver trabalhos e atividades de apoio e proximidade aos utentes.

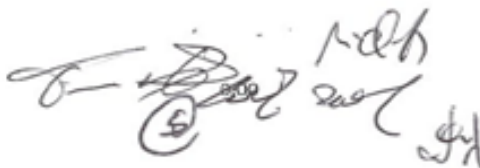
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022, são aprovadas pela Assembleia geral em 31 de março de 2023.

Póvoa de Varzim, 6 de março de 2023

O Contabilista Certificado



A Direção



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Oscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 110
Pessoa Coletiva n.º 502 992 379

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **A Beneficente - Associação de Solidariedade Social** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2022 (que evidencia um total de **2.569.486** euros e um total de fundos patrimoniais de **1.742.980** euros, incluindo um resultado líquido negativo de **159.965** euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de direção pelas demonstrações financeiras

O órgão de direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da Direção com as demonstrações financeiras.



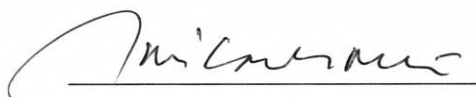
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório da Direção

Em nossa opinião, o relatório da Direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 09 de março de 2023

Óscar Quinta, Canedo da Mota e Pires Fernandes, SROC
representada por



José Carlos Canedo Gonçalves da Mota
(Insc. n.º 767)

Relatório e Parecer do Órgão de Fiscalização

Em cumprimento da alínea b) do artigo 38º dos Estatutos de “A Beneficente- Povia de Varzim” Associação de Solidariedade Social e demais disposições legais, o Conselho Fiscal apreciou o Relatório e Contas do exercício de 2022.

- O Conselho Fiscal vem referir que acompanhou a atividade de “A Beneficente” informando-se junto da Direção e dos serviços financeiros a respetiva evolução.

- No cumprimento do artigo 40º dos Estatutos o Conselho Fiscal reuniu trimestralmente, para avaliar a atividade da Instituição, nas vertentes económico-financeiras e patrimonial, conforme mapas adequados elaborados com base nos balancetes contabilísticos dos referidos períodos.

- A Direção não solicitou ao Conselho Fiscal para se pronunciar sobre qualquer assunto pertinente ou foi apresentada qualquer desconformidade das regras de funcionamento que violem os estatutos;

- No decorrer da análise, os esclarecimentos necessários foram prestados pela responsável financeira e Contabilista Certificada, Dr.^a Armandina Moreira, bem como informou acerca da regular situação da Associação no cumprimento das obrigações tributárias e declarativas para com a Segurança Social e a Autoridade Tributária;

- O Conselho Fiscal apreciou o Relatório da Direção no âmbito da sua competência, com especial cuidado os capítulos da análise Económico-Financeira e Investimentos. Nele está bastante bem sintetizada a forma como apresenta os valores finais de prestação de contas de 2022;

- A Demonstração de Resultados por natureza, está conforme o respetivo balancete geral acumulado de fim de período, com valores corretamente expressos nas rubricas adequadas, dando a conhecer a totalidade dos gastos e perdas e de rendimentos e ganhos que foram insuficientes para compensar os gastos, gerando o resultado líquido negativo de 159.965,46 euros;

- O Balanço de fim de período de 2022 permitiu a este Conselho conhecer com elevado grau de confiança os reais valores das diversas contas de expressão financeira e patrimonial, cujas variações em relação ao ano anterior estão associadas ao desenvolvimento da atividade da Associação;

- A Demonstração dos fluxos de Caixa permitiu o Conselho Fiscal conhecer a forma como a Direção ultrapassou as dificuldades da tesouraria originadas por insuficiência e recebimentos em relação aos compromissos de pagamentos assumidos.

- Também verificou no Relatório que houve investimento no montante de 73.145,05 euros em equipamentos e obras em edifícios da instituição.

Finalmente, a nosso ver, as demonstrações financeiras de prestação de contas foram corretamente elaboradas e os valores expressos traduzem com realismo a verdadeira situação financeira e patrimonial no fim do período de 2022, previamente submetida a certificação legal das contas.

Este órgão concorda com a proposta da Exma. Direção de aplicação de resultados para que seja levado, na totalidade, à conta de “Resultados Transitados”. Não está prevista para as I.P.S.S. qualquer outra afetação dos mesmos.

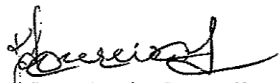
Assim, o Conselho Fiscal é de Parecer:

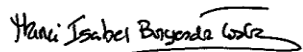
- Que os senhores associados aprove o Relatório e Contas do período de 2022;
- Que aprove um voto de louvor à Exma. Direção pelo trabalho desenvolvido neste período.

Póvoa de Varzim, 10 de março de 2023

O Conselho Fiscal


Manuel Abílio Rodrigues Azevedo (Presidente)


José Loureiro dos Santos (Secretário)


Maria Isabel Borges da Costa (Relatora)

Colabore com a Beneficente

Consigne a esta Instituição 0,5% do seu IRS e 15% do IVA Suportado.

11	CONSIGNAÇÃO DE 0,5% DO IRS / CONSIGNAÇÃO DO BENEFÍCIO DE 15% DO IVA SUPORTADO		
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS			
Instituições religiosas (art.º 32, n.º4, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)	<input type="checkbox"/>	1101	NIF 501 406 271
Instituições particulares de solidariedade social ou pessoas coletivas de utilidade pública (art.º 32.º, n.º6, da Lei n.º 16/2001, de 22 de junho)	<input checked="" type="checkbox"/>		
Pessoas coletivas de utilidade pública de fins ambientais (art.º 14.º, n.ºs 5 e 7, da Lei n.º 35/98, de 18 de julho)	<input type="checkbox"/>	1102	
Instituições culturais com estatuto de utilidade pública (art.º 152.º do CIRS)	<input type="checkbox"/>	1103	
			IRS <input checked="" type="checkbox"/> IVA <input checked="" type="checkbox"/>

Ao preencher a sua próxima declaração de rendimentos de IRS indique o número de contribuinte de A Beneficente – **501 406 271** – no quadro 11 do modelo 3 da sua declaração, conforme quadro acima.

Com este gesto simples, sem custos ou perda para si, está a ajudar a Beneficente a servir melhor os mais necessitados, levando o Estado a retirar 0,5% do IRS e 15% do IVA do imposto que lhe liquida e a entregá-lo a esta Instituição.

Sem despesas para si, basta fazer uma cruz!

As crianças e os idosos de A Beneficente agradecem a sua contribuição.